

Coesão Social na América Latina:
Bases para uma Nova Agenda Democrática



**Globalização, migrações transnacionais
e identidades nacionais**

Angelina Peralva

2008

Este trabalho foi escrito entre 2007 e 2008 como contribuição ao projeto *Coesão Social na América Latina*, realizado pelo iFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso e pela CIEPLAN – Corporación de Estudios para Latinoamérica. O projeto foi realizado graças ao apoio da União Européia e do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. As informações e opiniões apresentadas pelos autores são de sua responsabilidade pessoal e não representam necessariamente nem comprometem as instituições associadas ao projeto.

Coordenadores do projeto: Bernardo Sorj e Eugenio Tironi.

Equipe Executiva: Sergio Fausto, Patricio Meller, Simon Schwartzman, Bernardo Sorj, Eugenio Tironi e Eduardo Valenzuela.

Copyright ©: iFHC/CIEPLAN. 2008. São Paulo, Brasil, e Santiago de Chile.

O texto, em parte ou em sua totalidade, pode ser reproduzido para fins não comerciais dentro dos termos da licença de Creative Commons 3.0

<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt>



Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais

Angelina Peralva*

I – Introdução : um ponto de vista para a análise

Este texto tem duas características principais. De um lado, ele se apóia em um conjunto de trabalhos empíricos de tipo qualitativo desenvolvidos no quadro do grupo “Gênero, migrações e marginalidade”, que coordeno no âmbito do CERS/LISST da Universidade de Toulouse-le-Mirail. De outro, ele se inscreve em uma discussão sobre a dinâmica democrática contemporânea, examinada à luz do impacto provocado pelo ingresso na esfera da democracia de populações pobres e marginais, antes dela excluídas. Minha hipótese principal é de que as migrações contemporâneas, que ocorrem em um espaço globalizado, participam de uma dinâmica democrática que interpela de diversas maneiras as bases institucionais e o leque de direitos atualmente consagrados no âmbito dos espaços democráticos nacionais.

Isso me leva a partir de uma distinção, necessária no meu entender, entre (pelo menos) três significados correntemente atribuídos à idéia de “democracia”. Em primeiro lugar, a “democracia” é para nós uma forma de gestão dos problemas públicos que reconhece àqueles que ela designa como “cidadãos” a capacidade de deliberar livremente e em situação de igualdade sobre seu destino comum. Desde o início, encontra-se portanto no âmago da democracia um princípio de igualdade – restritivo, posto que remete a um grupo restrito, mas “universal” nos limites desse grupo ; um princípio de liberdade de escolha concedido a cada cidadão ; e um princípio de reconhecimento – a “cidadania” – que estabelece uma fronteira entre os que são e os que não são concernidos pela vida democrática. O primeiro significado da democracia é portanto intrinsecamente político.

Por extensão – e esse é o segundo significado que lhe é freqüentemente atribuído – a democracia passou a envolver, no curso da história, um conjunto de estratégias de redução das desigualdades. A idéia era de que, numa sociedade complexa, o respeito aos princípios da democracia formal, como o direito de voto, não garante necessariamente a igualdade dos cidadãos. Torna-se então necessário identificar mais concretamente as

fontes de desigualdade e neutralizá-las através de políticas de compensação. Em outras palavras, é necessário levar-se em conta a autonomia relativa que separa a esfera política da esfera propriamente social. Levar em conta o fato de que cada uma delas está informada por dinâmicas relativamente autônomas, embora interdependentes ; ainda que em certas circunstâncias possam mesmo ser completamente separadas. Eis por que um governo autocrático, que não garante as liberdades individuais, pode não obstante desenvolver certo número de políticas “democráticas”. Foi o caso, no passado, das “democracias populares” do leste europeu, que combinaram sistemas de governo anti-democráticos e políticas sociais de redução das desigualdades ; e, hoje ainda, muitos outros exemplos do mesmo tipo poderiam ser evocados. O segundo significado da democracia remete portanto às funções do Estado e às orientações que informam as políticas públicas.

O terceiro significado da palavra “democracia” – e o que mais diretamente me interessa aqui – traduz o fato de que uma dinâmica democrática de tipo igualitário pode ter como origem mudanças que se efetuam diretamente no âmbito da vida social, e que podem ser diretamente analisadas como tais, e não simplesmente como o resultado direto de decisões de natureza política. As mudanças que conduziram, em um passado recente, a um padrão mais igualitário de relações entre homens e mulheres não derivaram somente de decisões emanadas da esfera política. Elas seriam impensáveis sem as conseqüências de uma “descoberta” científica e de um “objeto” técnico, as pílulas anticoncepcionais, sobre a capacidade das mulheres de controlarem sua atividade reprodutiva. Na medida em que garantiram às mulheres novos espaços de liberdade e de igualdade frente aos homens, no plano da sexualidade, as pílulas anticoncepcionais induziram uma dinâmica igualitária e democrática praticamente autônoma em relação à esfera política, suscitando novos conflitos culturais e/ou morais quanto à definição do “permitido” e do “proibido”. Nesse sentido, o impacto da pílula anticoncepcional foi mais ou menos o mesmo, nos regimes democráticos como nos não democráticos. Ainda hoje, seus efeitos se prolongam através de uma revolução demográfica que afeta mesmo países como o Irã e diversos outros da Ásia central¹.

Em outras palavras : embora interdependentes, cada um desses níveis de expressão da “democracia” pode ser analisado de forma relativamente autônoma. A interdependência que entre eles existe pode gerar círculos virtuosos, mas não necessariamente. Uma dinâmica democrática pode ocorrer dentro de um quadro político-institucional não democrático. Pode também verificar-se em situação de

defasagem com respeito às instituições democráticas, se estas últimas não tiverem levado suficientemente em conta a mudança social – e nesse caso uma atualização das instituições democráticas torna-se imperativa. A dinâmica democrática pode ainda transbordar o quadro institucional existente, abrindo espaço para práticas sociais que às vezes escapam a qualquer forma de regulação. Nesse sentido, a análise da democracia – e das condições de construção da coesão social na democracia - não pode desconsiderar a autonomia de uma dinâmica social de orientação democrática, suscetível de ser analisada enquanto tal, e independente das instituições e dos regimes políticos democráticos.

A idéia não somente de uma autonomia, mas inclusive de uma *precedência* histórica da dinâmica social democrática sobre as instituições democráticas encontra, evidentemente, sua filiação mais importante em Tocqueville, que as desenvolve, primeiro em *A democracia na América* e depois em *O Antigo regime e a revolução*. Ela encontra também um eco em seu parceiro intelectual da época, John Stuart Mill : em um pequeno ensaio sobre a liberdade, Mill nos propõe uma abordagem das instituições como “arranjos provisórios” da democracia. Tais “arranjos” são permanentemente submetidos a dois elementos de tensão complementares e opostos. Um primeiro que remete à consistência do universo simbólico ao qual se referem as práticas sociais - consistência que se mantém muito além de sua funcionalidade própria, o que permite entender por que as instituições resistem à sua própria obsolescência, como lembrou Danilo Martuccelli (1995) através do tema da “defasagem”. O segundo elemento de tensão remete aos efeitos de transbordamento (inclusive os efeitos ditos de “violência”) dessas mesmas instituições pela prática social. De um lado, as instituições se mantêm mais além do sentido e dos compromissos que as explicam ; de outro, há toda uma parte da vida social que lhes escapa, feita de iniciativas que não podem ser explicadas do ponto de vista da relação com as instituições, ou que não são institucionalmente enquadradas, ou apenas em parte. Todas as democracias se vêem assim periodicamente obrigadas a efetuar uma atualização de suas instituições para reduzir a defasagem e limitar os transbordamentos, sem que esse resultado jamais seja perfeito.

Uma tal relatividade dos arranjos democráticos explica-se, por outro lado, a partir de uma dinâmica da mudança fundada em três pontos de desequilíbrio : a tensão entre exclusão e inclusão, que determina o acesso tendencialmente crescente à igualdade ; a tensão entre liberdade e limite, que define o espaço tendencialmente crescente da

iniciativa ; e a tensão entre reconhecimento e fronteiras, que define a face multiforme da alteridade.

Das mais antigas às mais modernas, as democracias sempre foram marcadas por uma definição da igualdade que deixava alguns de fora – os não cidadãos; mas também sempre foram marcadas por uma dinâmica histórica tendencialmente baseada na ampliação, e não na redução, do espaço da cidadania. Progressivamente, diversas categorias sociais excluídas de direitos cidadãos foram sendo beneficiadas por esses direitos : os escravos deixaram de sê-lo, os operários adquiriram direito de voto e, mais recentemente, no Brasil, os analfabetos também passaram a votar ; à igualdade civil, política e social, foram acrescentados direitos culturais ; as crianças hoje são portadoras de direitos, bem como os deficientes cujos direitos são no entanto cotidianamente denegados... Nossa capacidade em descobrir espaços onde a igualdade está ausente e onde ela conseqüentemente pode ser ampliada tornou-se quase infinita, a manter-se o ritmo atual de definição de novos direitos. Por outro lado, a democracia reproduz permanentemente em seu seio novas categorias excluídas, ou mantém nessa situação várias categorias imperfeitamente incluídas. Mas a força do fenômeno democrático deriva da existência de um espaço aberto à luta pela inclusão e do fato que a igualdade política contém em germe a possibilidade, para as categorias subalternas, não de erradicar definitivamente uma desigualdade impossível de ser eliminada, mas de reduzi-la.

A tensão entre liberdade e limite define o espaço da iniciativa – um espaço igualmente evolutivo, na medida em que a disponibilidade de recursos de ação – econômicos, políticos, culturais à disposição dos indivíduos cresceu fortemente no curso da história e desenvolveu-se em vários planos, com efeitos agregados, no âmbito das sociedades democráticas. As transformações do mercado enquanto espaço de desenvolvimento da “livre iniciativa” disso constituem uma ilustração primeira, com toda a gama de capitais que aí se declinam, fonte, ao mesmo tempo, de desigualdades entre os indivíduos e uma das bases indiscutíveis do seu processo de autonomização. Desse ponto de vista, um dos fenômenos mais importantes da vida contemporânea, não obstante as inúmeras e inaceitáveis desigualdades que persistem em nossas democracias, é uma ampliação sem precedentes, insuficientemente regulada, e certamente menos freqüentemente evocada, de recursos de iniciativa ao alcance de populações delas antes desprovidas.

A tensão entre reconhecimento e fronteiras configura as diferentes faces da alteridade e sofreu, ela também, evoluções significativas. A democracia sempre delimitou seus espaços de pertinência, o das cidades como o dos Estados-nação. Ao mesmo tempo, ela construiu duas figuras principais e distintas da alteridade : a do estrangeiro, excluído da cidadania posto que a priori exterior (mas não totalmente – donde seu caráter problemático, sugerido por Simmel) aos muros da cidade ; e uma figura interna, vinculada ao caráter assimétrico das relações – sociais, políticas, culturais – próprias às sociedades complexas, que nos lembra que as democracias não são unas e sim plurais, que elas se constroem através de oposições e conflitos (sociedade civil x Estado, operários x patrões, maioria x minorias) – desde que se aceite reconhecer o outro como valor, mais além dos conflitos que a ele nos opõe. Essas figuras internas da alteridade do mesmo modo que a figura do estrangeiro, e o reconhecimento de que elas puderam se beneficiar no seio das sociedades democráticas são inseparáveis da experiência democrática tal como a conhecemos até aqui.

A globalização teve um impacto considerável sobre a dinâmica social democrática e seus efeitos se somam a uma dinâmica interna observável em diferentes países, que, sejam quais forem seus limites atuais, orienta-se no sentido de uma redução das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, o Relatório Mundial sobre Desenvolvimento Humano de 2005 destaca a importância da desigualdade de renda *entre países* de economia mais e menos avançada, que forma hoje dois terços da desigualdade mundial, o último terço somente correspondendo à desigualdade *no interior* de cada país. Essa assimetria fundamental coexiste, ao mesmo tempo, com indicadores de melhoria do desenvolvimento humano – progressos em termos de esperança de vida, redução das taxas de mortalidade entre crianças de menos de cinco anos, redução significativa do analfabetismo (o analfabetismo atual refletindo sobretudo as lacunas passadas em matéria de acesso à educação), redução dos índices de pobreza extrema, que passaram de 28% em 1990 a 21% hoje (menos 130 milhões de pessoas). Apesar de um ritmo de evolução da renda monetária sensivelmente menos positivo que o dos outros componentes do índice de desenvolvimento humano (saúde e educação), o relatório do PNUD constata desde o ano 2000 um crescimento da renda média por habitante dos países em desenvolvimento de 3.4%, o dobro do crescimento observado nos países de alta renda. Esse crescimento observa-se mesmo no âmbito da África subsaariana (+ 1.2% desde o ano 2000), a região menos favorecida entre as que compõem o mundo em desenvolvimento.

Esse processo de redução das desigualdades em diferentes regiões do mundo ocorre paralelamente à ampliação de um largo espectro de liberdades individuais – tanto “negativas” como “positivas”². Liberdades “negativas”, por um lado, posto que estamos vivenciando há três décadas um processo de liberalização progressiva dos sistemas políticos em escala mundial, e mais claramente ainda em escala latino-americana ; mas também pelo debilitamento das hierarquias sociais e o processo de modernização cultural necessariamente induzidos pelo crescimento significativo dos níveis de educação e de informação observáveis no espaço-mundo. Liberdades “positivas”, por outro lado, na medida em que a globalização, e a mediação tecnológica sobre a qual ela concretamente se apoiou, puderam ser reapropriadas, na esteira das lógicas próprias da economia de mercado e da nova importância adquirida pela economia informal e pelo comércio subterrâneo, por populações supostamente excluídas dessa dinâmica, constituindo para elas um capital “espacial” (o termo é de Jacques Lévy, 2007) que lhes permite explorar em proveito próprio e com certo grau de autonomia recursos de iniciativa que transcendem amplamente as fronteiras nacionais de seus países de origem. Essa nova experiência do espaço é compartilhada por populações sedentárias e populações circulantes, e está dando lugar a formas múltiplas e complexas de articulação entre mobilidade e sedentaridade, das quais este texto tentará propor uma imagem.

Conseqüência : as condições de reconhecimento da alteridade na democracia vem sendo objeto de tensões consideráveis, na medida em que a cidadania - em sua forma estreitamente nacional - se torna cada vez mais uma categoria insuficiente de definição dos direitos democráticos. Isso faz com que hoje, em muitos países, o debate público esteja-se construindo em termos de enfrentamento entre uma tentação nacionalista radicalizada e a redefinição do espaço dos direitos como “direitos humanos”. Durante muito tempo, cidadania e direitos humanos corresponderam estreitamente um ao outro. Os “direitos humanos” constituíam o conjunto de valores que fundamentavam o exercício da cidadania. Essa correspondência quase perfeita não existe mais. Nesse sentido, a questão da coesão social na democracia está sendo repostada hoje em larga escala, em função dos descompassos observáveis entre uma dinâmica social democrática e a institucionalidade democrática – e isso, não somente na América Latina mas em muitos outros lugares. A questão das migrações transnacionais contemporâneas será examinada à luz dessa tensão.

II – Globalização e Migrações

As migrações transcontinentais vem-se impondo nesses últimos anos como tema de reflexão, associadas à globalização e ao desenvolvimento. A problematização dessas questões é particularmente importante em regiões do mundo – notadamente os Estados Unidos e a Europa – que vêm-se comportando desde os anos 80 como os novos pólos de atração de uma mão de obra estrangeira, e para os quais a limitação e o controle dos fluxos de imigrantes são fundamentais.

O debate atual declina-se a partir de, pelo menos, três abordagens distintas. A dos países, ou regiões, receptores de mão de obra, para os quais a questão em jogo é a da maior ou menor porosidade das fronteiras e o significado que reveste, em termos de políticas públicas, a presença em seus territórios de um grande número de estrangeiros – quer seja de políticas de segurança, como no caso dos Estados Unidos pós-11 de setembro de 2001, quer seja de políticas, de natureza sócio-econômica, de gestão de populações, como no caso da Europa. A segunda abordagem é a dos países, ou regiões, exportadores de mão de obra, entre os quais figuram a África e as Américas do Sul, Central e o Caribe, confortada por organismos internacionais para os quais a mais importante questão em jogo é a da articulação entre migração e desenvolvimento. Nessas duas abordagens, a quantificação dos fluxos de população, e, mais recentemente, dos fluxos de remessa de divisas para os países de origem, é um elemento fundamental. Estudos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento permitiram, nos últimos sete anos, identificar os efeitos de agregação das remessas de divisas efetuadas pelos migrantes em direção a seus países de origem, amplificando a importância política de um tema que já havia sido identificado pelas pesquisas universitárias pelo menos (senão antes) desde a década anterior. Uma terceira abordagem, enfim, com uma produção muito menos prolífica, é a dos estudos qualitativos, de inspiração antropológica, que têm por objeto o migrante enquanto ator da sua própria migração.

1. A Ambivalência do “Norte” face à Diversificação e à Intensificação dos Fluxos Migratórios

A compreensão das migrações contemporâneas em um mundo globalizado necessita que se leve preliminarmente em conta duas mudanças importantes em relação a períodos anteriores. A primeira refere-se à intensificação e à reconfiguração dos fluxos migratórios, um processo ainda em curso e não completamente estabilizado. A segunda

refere-se ao enfraquecimento relativo da capacidade de controle e gestão desses fluxos pelos Estados nacionais, tanto nos países receptores quanto nos países exportadores de mão de obra.

Estudos desenvolvidos no quadro da UNFPA (Zlotnik, 2006) indicam que, entre 1980 e 2000, o número de migrantes no mundo passou de 100 a 175 milhões, um crescimento de 2.8 por cento ao ano. “O impacto não se deve apenas ao crescimento da mobilidade, mas também à emergência de novos Estados independentes depois do desmantelamento da União Soviética, que fez com que “nacionais” se houvessem tornado “estrangeiros” nesses novos Estados. Subtraindo-se essa parte da migração internacional, o aumento cai pela metade.” Aumento do número de migrantes, mas também reconfiguração dos fluxos migratórios, na medida em que a presença estrangeira estagna nos países em desenvolvimento, ao passo que ela cresce no mundo desenvolvido. Os USA concentram hoje 1/5 dos migrantes do mundo inteiro, ao passo que a Europa, que tinha nos anos 70 mais do dobro dos migrantes dos USA, perdeu para estes últimos o primeiro lugar enquanto pólo de atração das migrações mundiais.

Quadro 1 : Distribuição do estoque total de migrantes por regiões do mundo

	1980 (total : 100)	2000 (total : 100)
Africa	14.1	9.3
Asia	32.4	25
AL e Caribe	6.2	3.4
América do Norte	18.1	23.3
Oceania	3.8	3.3
Europa	22.2	18.7
URSS (antiga)	3.3	16.8

Quadro 2 : Relação estrangeiros/nacionais segundo as regiões

	1980 (% da população)	2000 (% da população)
Africa	3.0	2.0
Asia	1.3	1.2
AL e Caribe	1.7	1.1
América do Norte	7.1	12.9
Oceania	16.4	18.8
Europa	4.6	6.4
URSS (antiga)	1.2	10.2

Os migrantes representam uma franja pequena da população mundial (em torno de 2.5%), mas o impacto das migrações contemporâneas tem de ser analisado do ponto de vista dos efeitos induzidos sobre as populações sedentárias (as dos seus países de origem e as dos países que os acolhem), bem como do ponto de vista das novas articulações que hoje se estabelecem entre mobilidade e sedentaridade. Alguns estudos sugerem que o capital espacial aumenta com os recursos e a educação, o que faz dos migrantes atuais uma população relativamente qualificada. As migrações vêm-se organizando em torno dos pólos da globalização - Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão e alguns países do Oriente Médio, os do Golfo, que vivem da renda do petróleo, e a África do Sul. Não somente se observa uma diversificação da geografia dos fluxos ; cresce também a importância de uma migração feminina que se autonomiza em relação à migração masculina tradicional, representando hoje entre 47.3 e 48.6% do conjunto da migração mundial. Mais concretamente, a migração feminina passa de 48.2 em 1980 a 50.2% em 2000 na América Latina e no Caribe ; de 50.2 % a 50.6 % nos países desenvolvidos no mesmo período, à exceção do conjunto formado pela antiga URSS.

Nesse processo, é possível distinguir (pelo menos) três tipos básicos de migrantes (Simon, 2002) : os que respondem a demandas de mão de obra a partir de nichos de empregos específicos nos países receptores, e que se caracterizam pelo fato de aceitarem exercer funções subalternas sem relação direta com seus graus de escolarização ; os que constituem uma elite profissional circulante e internacionalizada, exportadora de competências técnicas como a identificada por Tarrius (2000), Sennett (2000) ou Beck (2006) ; e os refugiados. Com respeito a essa última categoria, o estoque parece ter crescido muito nos anos 80 (passando de 7 a 16 milhões), mas o ritmo de crescimento tendeu a diminuir nos anos 90. Em 2000, o total de refugiados era estimado em 17 milhões, a maior parte deles tendo sido acolhidos pela Ásia e pela África, onde representavam 20% dos migrantes internacionais. Nesse período, eles praticamente desapareceram na América Latina, passando de 17,1% dos migrantes internacionais presentes no continente em 1990 a 0.8% em 2000, ao mesmo tempo em que passavam de 5.4 milhões a 3.6 milhões no continente africano (Zlotnik, 2006).

Os migrantes constituem hoje uma parcela significativa da população dos países de destino. Alguns desses países, de menos de 1 milhão de habitantes, concentram uma altíssima (65%) proporção de migrantes : é o caso de Andorra, Macao (China), Mônaco, do Qatar e dos Emirados Árabes Unidos. Essa evolução também se produziu em um espaço de vinte anos. Entre 53 países de mais de 10 milhões de habitantes, só três – a

Austrália, o Canadá e a França – tinham em 1980 mais de 10% de sua população formada por migrantes ; em 2000, esse número se havia elevado para nove : Austrália, Bielorrússia, Canadá, Costa do Marfim, França, Kazakistão, Arábia Saudita, Ucrânia, USA – concentrando 40% dos migrantes mundiais.

Nesse contexto a capacidade dos Estados nacionais em administrar e controlar os fluxos migratórios vem sofrendo mudanças significativas, por razões que é importante examinar. Sem jamais ter sido absoluta, tal capacidade foi historicamente maior do que é hoje e, em todo caso, era considerada efetiva nos diferentes países receptores enquanto durou a demanda por mão de obra. A Europa Ocidental, que no momento do pós-guerra tinha um saldo migratório negativo, inverteu essa situação no quadro da reconstrução, a partir de um apelo à mão de obra estrangeira. Foi a partir de meados dos anos 70, quando se fecharam as portas à imigração de trabalho, que a impossibilidade de exercer um controle eficaz sobre os fluxos de migrantes tornou-se evidente, no contexto de um debate público em que a questão do desemprego aparecia como tema de primeira importância. Nos Estados Unidos, da mesma maneira, a idéia de uma migração controlada e as próprias condições de aceitação da presença de migrantes clandestinos no território americano foram consideravelmente modificadas a partir dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Pelo menos desde a década de 1960 registra-se um número importante de trabalhadores manuais clandestinos, provenientes na sua maior parte do México. Esses clandestinos foram legalizados pelo Ato de imigração de 1986, ao mesmo tempo em que se previa a aplicação de penalidades severas contra as empresas que viessem a empregar novos clandestinos (Portes e Rumbaut, 1990). O Comprehensive Immigration Reform Act de 2006 adotou medidas ainda mais duras de reforço das fronteiras, os efetivos da polícia de fronteiras foram aumentados, um muro de 600 km está sendo construído ao longo da fronteira com o México - mas é improvável que tais medidas venham a ser mais eficientes, do ponto de vista da contenção dos fluxos migratórios, que as legislações passadas (Faret, 2006).

A crispação nacionalista e a desconfiança em relação à presença estrangeira explicam-se, no caso dos Estados Unidos, na esteira da agressão terrorista de que o país foi vítima, intensificada pelo desastre da guerra no Irak. No caso da Europa, ela se explica pela desestabilização de longo curso de que é vítima hoje o modelo social europeu em função da maior ou menor dificuldade de cada país em se adaptar às novas condições econômicas impostas pela mundialização. No contexto europeu, essa crispação vem-se traduzindo por duas tendências principais : um crescimento político,

que não é recente, das organizações de extrema-direita ; e, fato mais novo, um esforço de controle territorial das populações migrantes e/ou o deslocamento em direção ao sul das fronteiras da Europa. Alguns estudos apontam, no espaço de dez anos, uma diversificação das modalidades de encarceramento de diferentes categorias de estrangeiros (refugiados, clandestinos), inclusive a formação de verdadeiros campos de concentração na África do Norte e a conseqüente realocação das fronteiras da Europa (Valluy, 2005) graças a um sistema de parcerias com Estados africanos como a Líbia ou o Marrocos. E no entanto, como nos Estados Unidos, essas medidas são insuficientes para conter os fluxos migratórios, não obstante seu impacto indiscutível sobre o custo humano da migração – com milhares de mortos sendo contabilizados na travessia dos desertos ou dos mares que separam os migrantes dos Eldorados da mundialização.

O paradoxo de um endurecimento das medidas repressivas e de uma porosidade inexorável das fronteiras explica-se em parte pela ambivalência das instituições de Estado face a duas lógicas contraditórias : a interdependência crescente, no quadro da mundialização, entre economia formal (submetida ao imposto) e economia informal, que faz da economia informal um suporte indispensável da dinâmica econômica ; e a vontade de exercer um controle sobre as fronteiras nacionais – no caso dos Estados Unidos hoje, conforme dissemos, principalmente em função de questões de segurança interna ; no caso da Europa, pela dificuldade de transformação do “modelo social europeu”, cuja capacidade de gestão das populações presentes em seu território depende da capacidade fiscal dos Estados nacionais que a compõem. A volatilidade dos capitais, que se deslocam para regiões com custo de produção mais baixo ou condições mais favoráveis de penetração de novos mercados, gerando desemprego nas áreas econômicas abandonadas, correspondem na Europa bolsões de economia informal que escapam às regras da legislação do trabalho e constituem um pólo de atração para os migrantes irregulares.

Entendido no passado como traço característico dos países em desenvolvimento, e como fadado a desaparecer, o mercado de trabalho informal tornou-se uma contingência da vida econômica contemporânea. “A economia informal não é um eufemismo para designar a pobreza. Trata-se de uma forma específica de relação de produção, enquanto a pobreza é um atributo da repartição.” (Portes, Castells and Benton, 1989). Por isso, o estudo das formas migratórias atuais requer uma compreensão dos diferentes tipos de articulação entre formalidade e informalidade e do caráter prioritariamente “sedentário/precário” ou “circulante” de cada uma delas. Ao

mesmo tempo, é evidente que as conquistas institucionais efetuadas pelos trabalhadores durante dois séculos de lutas no âmbito das sociedades nacionais são hoje duplamente interpeladas, como indicam os autores acima citados, não apenas pela mobilidade do capital, e seus efeitos em termos de desemprego, mas também pela mobilidade da mão de obra vinda dos países em desenvolvimento para ocupar nichos de trabalho informal nos países do “Norte” desenvolvido.

2. Um ponto de vista do “Sul”

Na América Latina, o México e a América Central constituem os pólos mais importantes e os mais antigos de exportação de migrantes, principalmente para os Estados Unidos. Na América do Sul a reconfiguração do processo migratório é mais recente. Dados da CEPAL (Pellegrino, 2003), tendo por fonte os recenseamentos estadunidenses, mostram a evolução comparativa dos fluxos migratórios do continente em direção ao norte (Quadro 3).

Em 1980, no ranking dos 26 maiores países receptores de migrantes figuravam a Argentina, em 11º lugar ; o Brasil, em 19º e a Venezuela em 25º. Em 1990, só a Argentina continuava a figurar no ranking, mas já em declínio : ela passou de uma concentração de 2% do estoque mundial de migrantes em 1980 a 1.1% em 1990 e a 0.8% em 2000. A tendência atual, na região, é à redução da imigração e a um crescimento da emigração. A migração intra-regional persiste, no entanto, correspondendo ainda a perto de 60% do total de migrantes (CEPAL, 2006), mas a Europa já se tornou uma importante região de destino.

Quadro 3

População latino-americana recenseada nos USA segundo a origem e base de crescimento

	Números brutos					Base de crescimento(1960 = 100)			
	1960	1970	1980	1990	2000	60/70	60/80	60/90	60/2000
América do Sul	74 964 (base 100)	234 233	542 558	1.028.173	1.876.000	312.46	723.75	1371.55	2502.53
América Central	624 851 (base 100)	873 624	2.530.440	5.425.992	9.789.000	139.81	404,96	868.36	1566.61
Caribe	120 608 (base 100)	617 551	1 132 074	1.760. 072	2.813.000	177.4	512.03	938.63	2332.34

Fonte : Elaboração própria, a partir de Pellegrino (2003).

Entre 1990 e 2005, 1.665.850 peruanos migraram para o exterior, dos quais 51,7% de mulheres. O crescimento da emigração acelerou-se a partir de 2001. A emissão de

passaportes foi multiplicada por três. Entre os seis principais países de destino figuram, em primeiro lugar os Estados Unidos (30.9%), a Espanha (14.3%), a Argentina (12.6%), o Chile (10.5%), a Itália (10.4%) e o Japão (3.8%). Mais de 70% dessa migração é transcontinental. 42.9% dos migrantes tiveram Lima como última cidade de residência antes de migrarem para o exterior. Os estudantes formam o grupo mais numeroso, seguidos por empregados e trabalhadores do setor de serviços (OIM, 2005 ; INEI, OIM, 2006).

A nova importância da América do Sul como região exportadora de migrantes para o continente europeu é particularmente sensível na Espanha. Os dados do Instituto Nacional de Estatística apontam, no início de 2003, a presença de 2.672.596 estrangeiros, 6.26% da população presente no território espanhol. Pela primeira vez, o Equador superou o Marrocos como principal país de origem da população estrangeira. Seguem-se, depois do Marrocos, a Colômbia, o Reino Unido, a Romênia, a Alemanha e a Argentina. A imigração latino-americana passa a representar 38.61% do total de estrangeiros na Espanha (Gil, 2004).

A essa reconfiguração dos fluxos migratórios sul-americanos tem correspondido um esforço dos governos e dos organismos internacionais para incluir o tema na agenda dos debates do subcontinente. Nesse sentido, seis conferências sul-americanas foram realizadas, entre 2001 e 2006, a última das quais em Assunção, com representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, com vistas a constituir um espaço de reflexão, cooperação e recomendações relativo aos direitos das populações estrangeiras presentes em seus territórios e dos egressos desses países no exterior. Acordos bilaterais estão igualmente em curso, como o recentemente firmado entre o Equador e a Espanha que visa a restabelecer a capacidade dos dois Estados em regular a oferta de empregos e a captação de mão de obra.

Uma intensificação do debate tem-se observado também em função da importância agora atribuída ao possível impacto sobre o desenvolvimento das remessas de divisas efetuadas pelos migrantes em direção aos seus países de origem. Esse debate se inscreve na esteira de diferentes ações desenvolvidas pelo BID e o Banco Mundial desde o ano 2000, com vistas a identificar os fluxos de remessas e estimular a democratização do acesso a produtos financeiros em diferentes países. Embora estudos pioneiros relativos à América Central já tivessem indicado a importância dessas remessas desde a década de 90, pelo menos, a consciência do seu valor agregado e o seu impacto sobre a redução da

pobreza (Adams e Page, 2003) é recente. A tal ponto, sublinha a UNFPA (2006), que esse tema não figura no documento-base das Nações Unidas relativo aos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM).



Estima-se que as remessas para a América Latina e o Caribe alcançaram mais de 53.6 bilhões de dólares em 2005, fazendo da região o maior mercado de remessas do mundo. Esse montante excedeu, pelo terceiro ano consecutivo, os fluxos combinados de todos os investimentos diretos e da ajuda oficial ao desenvolvimento na região – uma estimativa que não inclui as remessas efetuadas através de canais informais. O custo das transações bancárias caiu em mais de 50% nos últimos cinco anos em função do crescimento da concorrência e de uma melhor utilização dos recursos tecnológicos disponíveis. O México permanece sendo o maior beneficiário dessas remessas, com mais de US\$ 20 bilhões de dólares, seguido pelo Brasil e a Colômbia com mais de US\$ 6 e US\$ 4 bilhões de dólares respectivamente. A América Central e a República Dominicana, juntas, alcançaram mais de US\$ 11 bilhões ; e os países andinos, cerca de

US\$ 9 bilhões. Cerca de 75% dessas remessas são efetuadas a partir dos Estados Unidos (US\$ 40 bilhões), 15% são provenientes da Europa. Outros fluxos importantes são originários do Japão (para o Brasil e o Peru), do Canadá (para a Jamaica e o Haiti) e o restante corresponde a fluxos intra-regionais (IDB, 2006).

3. O transmigrante visto através dos estudos qualitativos de inspiração antropológica

De modo geral, os estudos qualitativos reconhecem amplamente a importância da mediação tecnológica – que está na base da globalização – como elemento estruturador da experiência do migrante e como conjunto de recursos de que ele lança mão no processo migratório. Recursos culturais, subjacentes à integração cultural do mundo, que resulta da generalização do acesso à televisão e aos meios de comunicação de massa e que produziram a “democratização da imaginação”, conforme os termos de Appadurai - democratização da capacidade de se projetar mais além das relações de exclusão e dominação que caracterizam a experiência da sedentaridade³. Recurso espacial, pela competência que possuem em fazer uso das tecnologias disponíveis de comunicação à distância – notadamente Internet e os telefones celulares de última geração, transformando-as em capital produtivo (Diminescu, 2003).

Esses estudos reconhecem também aos migrantes um grau importante de autonomia, que contrasta com a imagem de “fugitivos da miséria” através da qual eles são freqüentemente descritos. Autonomia que se baseia numa elevação geral dos níveis de educação no mundo, fazendo com que os migrantes da atual geração sejam freqüentemente de extração urbana e disponham de níveis de educação muito superiores aos da geração do pós-guerra. Esse fenômeno é acentuado pelo fato de que a migração para estudos constitui hoje uma das principais vias de acesso legal aos países do mundo desenvolvido. Mas a autonomia dos migrantes baseia-se também em uma série de “saberes” específicos, associados à experiência da mobilidade – saber atravessar fronteiras ; saber circular entre diferentes universos de normas e de comunicação ; saber aderir a redes de solidariedade muito mais complexas e diversificadas do que o que sugere a figura, freqüentemente evocada, das diásporas ; saber explorar os interstícios de uma institucionalidade que visa a limitação e o controle dos fluxos de população...

Essa autonomia apóia-se, enfim, em uma utilização racional das oportunidades abertas por uma economia globalizada que hoje escapa, pelo menos em parte, ao controle dos Estados-nação. As migrações contemporâneas, observa Alejandro Portes

(1999), desmentem a idéia de que o capital seria “global”, mas a mão de obra, “local”. A hipótese de Portes, do mesmo modo que a de Alain Tarrius (2002), é de que, à globalização dos fluxos financeiros, corresponde uma outra globalização, “por baixo”, construída por atores de uma economia subterrânea complementar em relação à economia formal. Do mesmo modo como, nos países em desenvolvimento, os vendedores ambulantes sempre constituíram a outra face do comércio legal, vastas zonas de informalidade aparecem hoje como elemento constitutivo do mercado mundial. A importância social dessas zonas de informalidade é que elas tornam acessíveis às populações pobres do mundo em desenvolvimento os principais produtos manufaturados e os principais objetos tecnológicos que estruturam a experiência contemporânea, garantindo-lhes uma participação eficaz no mundo moderno (Tarrius, 2007). Sua face sombria é que elas limitam as possibilidades, nas novas regiões geoeconômicas emergentes, de incorporação aos quadros da economia formal, e ao campo dos direitos sociais, dessas zonas de informalidade sobre as quais se apóiam não somente as iniciativas dos migrantes, mas também uma larga parte da dinâmica econômica do mundo capitalista desenvolvido. Nesse processo, a China desempenha um papel fundamental enquanto pólo produtivo de novas tecnologias, agente do comércio mundial subterrâneo e prestador de serviços em escala global.

III – Das migrações rurais-urbanas e internacionais às migrações transnacionais

Mediação tecnológica e integração cultural e imaginária do espaço-mundo, competências específicas desenvolvidas pelos migrantes enquanto atores da sua própria migração e a nova importância da economia informal em um mundo globalizado são elementos que, combinados, transformaram radicalmente os fenômenos migratórios contemporâneos. Indicador fundamental dessa mudança : a passagem das migrações *rurais-urbanas e internacionais* às migrações *transnacionais*.

Os fenômenos migratórios têm constituído desde muito tempo um objeto importante da sociologia, associado ao tema da mudança, da urbanização e da “desorganização social” que afetaria nesse processo os migrantes pobres. As migrações rurais-urbanas foram um elemento central no debate sobre a “modernização social”. A reflexão sobre as migrações internacionais prolongou essa discussão em outras bases. Nos dois casos, tratava-se de saber como uma população estrangeira a um conjunto dado de relações sociais poderia ser incorporada, ou “integrada” a esse novo conjunto,

supondo-se que ela não necessariamente dispunha das competências necessárias para isso. As migrações internacionais, por outro lado, implicavam deslocamentos de populações entre uma nação e outra – configurando o binômio emigração-imigração – e eram estreitamente reguladas pelos Estados. Os estudos sobre as “diásporas” inscrevem-se nesse contexto intelectual. Eles mostram que, não obstante a integração dos migrantes às sociedades que os acolhem, laços ativos de cooperação se mantêm com suas sociedades de origem. As “diásporas” marcam o limite da integração do migrante à sua terra de imigração.

Na temática, mais recente, das migrações *transnacionais*, o fenômeno migratório ganha um grau bem maior de autonomia em relação aos espaços institucionais que acolhem os migrantes. Como consequência, a questão da “integração” perde muito da importância e da centralidade que teve até um passado recente. A circulação migratória constrói relações multilocalizadas que atravessam as fronteiras dos Estados-nações. Ela delinea um espaço social próprio que se sobrepõe a essas fronteiras, fazendo emergir territórios autônomos em relação aos Estados, e dando origem a formas sociais particulares e diversificadas⁴. Por certo, esses fenômenos de circulação não são recentes. Referindo-se às migrações transnacionais atuais de camponeses bolivianos, Leonardo de la Torre Avila relembra que elas se inscrevem numa linha de continuidade histórica com as circulações imemoriais dos povos andinos, que segue presente na memória coletiva. Desde os anos 70, estudos sobre os malianos na França mostravam também como uma mesma autorização de residência podia ser utilizada por vários indivíduos que circulavam permanentemente entre a França e o Mali. Apenas, o suporte tecnológico atualmente mobilizado nas comunicações à distância, na medida em que garante a instantaneidade da comunicação, reconfigura e autonomiza, como indica Giddens, as relações entre tempo e espaço. A densidade do espaço social (medida pela intensidade das comunicações que o estruturam) já não depende mais tão estreitamente quanto antes das relações de proximidade, das relações de vizinhança, das relações localizadas. As fronteiras político-institucionais dos Estados tornam-se um prisma, entre muitos outros - mas certamente não o único - através do qual o espaço social precisa ser, daqui para frente, concebido e analisado.

1. A migração como horizonte

A intensidade dos fluxos migratórios atuais é freqüentemente explicada como resultado das difíceis condições de vida dos migrantes nos seus países de origem – guerras, desemprego, oportunidades econômicas inexistentes, desenvolvimento

insuficiente. É verdade que essas situações favorecem as levas migratórias – foi o caso no Brasil com os descendentes de japoneses que migraram para o Japão ao fim dos anos 80, no momento em que a inflação alcançou os seus patamares mais elevados ; foi o caso no Equador, ao fim dos anos 90, quando a crise econômico-financeira que atingiu o país aparece como pano de fundo de uma intensa dinâmica migratória. Mas se essas condições explicam que a migração tenha constituído em dado momento uma alternativa no horizonte dos futuros migrantes, elas não explicam a autonomização dos movimentos migratórios em relação às conjunturas que os originaram. Mélanie Perroud (2007) e Gallegos & Ramirez (2005), ao refletirem sobre as migrações brasileiras e equatorianas, convergem, desse ponto de vista, numa mesma constatação.

No caso do Equador, 1998 constituiu o ponto de partida de uma curva migratória fortemente ascendente, que não se interrompeu com a retomada do desenvolvimento econômico. Do mesmo modo como a superação da crise inflacionária no Brasil não marcou uma inflexão significativa das circulações migratórias dos “dekasseguis” brasileiros no Japão. Em verdade, as circulações migratórias contemporâneas correspondem às novas condições de um mundo onde não somente as oportunidades econômicas foram globalizadas, mas onde a cultura da mobilidade foi completamente integrada à experiência individual e coletiva, e onde a capacidade de viver em espaços múltiplos definidos por uma geometria variável passou a fazer parte de um repertório de competências amplamente compartilhado.

A hipótese de que políticas de desenvolvimento eficazes nos países de origem dos migrantes permitiriam estabilizar localmente, e impedir a formação de novos fluxos populacionais, conforme sugeriu há muitos anos o (à época) primeiro ministro francês Michel Rocard, e conforme pretende hoje o presidente francês Nicolas Sarkozy, deve ser examinada com circunspeção. Num mundo onde tudo circula e onde uma grande parte da vida econômica baseia-se no comércio e na circulação, é pouco provável que políticas de desenvolvimento, implementadas nos países que delas necessitam, venham constituir um freio à mobilidade. Parece mais provável que elas induzam novos fluxos de mobilidade reconfigurados. Nesse sentido, Leonardo de la Torre Avila (2006) sugere a existência de um tipo de diáspora que ele propõe designar como “da tradição” (migratória), no qual a experiência migratória acumulada ao longo da história de uma coletividade redundava em novos recursos ou competências, que favorecem a reprodução do fenômeno migratório, consolidando-o enquanto dinâmica social.

Ele analisa assim o impacto sobre o desenvolvimento local das remessas de divisas efetuadas por migrantes bolivianos radicados em Arlington, estado da Virgínia nos Estados Unidos, originários do município de Arbieta - 9438 habitantes, 3ª seção da província de Esteban Arze, no Vale Alto cochabambino. As remessas são efetuadas através de uma estrutura denominada INCOEPA – Instituto de Cooperação para a Província de Esteban Arze, instância de apoio para o envio de remessas comunitárias para obras de inversão pública na Bolívia. A região apresenta níveis baixos de desenvolvimento humano (entre 0,652 e 0,420 segundo o relatório do PNUD de 2004), mas entre 1992 e 2001 a taxa de pobreza caiu de 87 para 54,4%. O censo de 2001 constatou que 23,7% das casas do município contavam com telefones celulares, taxas apenas comparáveis às de Tiquipaya (município da mesma província) e às da cidade de Cochabamba. A migração teve também um impacto sobre o desenvolvimento de uma telefonia fixa, mais abundante e de melhor qualidade, na medida em que permitiu a explicitação de uma demanda social nessa direção.

As remessas dos migrantes tiveram ademais efeitos sobre a melhoria das condições de moradia, dinamizando ao mesmo tempo o mercado da construção civil na área. Mais que tudo, porém, foi importante o seu impacto sobre a cultura tradicional do pêssego, que pôde estender-se e multiplicar-se, suscitando uma elevação geral dos preços das terras cultiváveis. As remessas dos migrantes tornaram possível um investimento a fundo perdido de três anos, que o pêssego requer antes de se tornar produtivo. Essa cultura é hoje conhecida como a “dos pêssegos americanos”. Ela suscita migrações ocasionais de curta duração para alimentar o investimento. A expansão da produção esbarra, no entanto, com a insuficiência da infra-estrutura viária que, por enquanto, impede ainda a exportação. Se em algum momento esse obstáculo for superado, por exemplo graças a um sistema de parceria que combine investimentos públicos nacionais e/ou internacionais e os fundos provenientes dos migrantes, a indústria de exportação terá certamente um impacto ainda maior sobre o desenvolvimento local, mas ao mesmo tempo dará origem a novas formas de mobilidade humana tão ou mais intensas do que as atuais.

Isso é também o que se pode depreender das constatações efetuadas pelo antropólogo Christophe Daum (1993, 1995, 1998), que acompanhou por mais de dez anos as iniciativas em prol do desenvolvimento empreendidas por uma associação de migrantes malianos na França, originários de Kayes, no noroeste do país. Uma população à época pouco escolarizada, e com um nível baixo de formação profissional.

Em 2005 ele revisitou a região, em uma conjuntura marcada pelo endurecimento da política francesa de fechamento das fronteiras⁵. As evoluções que observou localmente lhe pareceram todas positivas. Um conselho de povoados havia sido instituído a partir da ação associativa, os níveis de escolarização de 1º e 2º graus (inclusive feminina) eram surpreendentes, as condições sanitárias haviam sofrido melhorias impressionantes, uma rede elétrica havia sido implantada, os telefones celulares circulavam por toda parte. “Transformações espetaculares” às quais se agregava uma forte presença de pesquisadores e ONGs, promotores de iniciativas de diversos tipos. No entanto, o sentimento reinante era de que o projeto de desenvolvimento dos migrantes havia fracassado. Entre as cem pessoas com que ele havia trabalhado em colaboração estreita no Mali, só sete permaneciam no país, e a contragosto. As demais haviam retornado à França, muitas delas na situação de indocumentadas.

Embora as condições de vida tenham melhorado muito, as oportunidades econômicas não acompanharam essa evolução. Uma insuficiência persistente em matéria de infra-estruturas de transporte constitui um enorme obstáculo à reconversão da agricultura tradicional e ao beneficiamento da produção agrícola para o qual não haveria escoamento possível. E embora Kayes disponha de conexões Internet de melhor qualidade que as de Bamako, paradoxalmente essa abertura virtual para o mundo não basta para romper com a situação de enclave. Hoje, no horizonte dos jovens malianos de Kayes, uma única obsessão : migrar ; e um único destino : a França. Para isso eles se organizam. Por iniciativa dos migrantes, “Casas de passagem” foram criadas em Bamako. Elas fornecem abrigo e alimentação gratuitos aos homens vindos dos povoados, substituindo assim as formas tradicionais de hospitalidade que se apoiavam em laços familiares. Entre 350 pessoas recenseadas por Christophe Daum nas “Casas de Passagem” de Bamako em 2005, quase 50% (134 homens e 10 mulheres) eram candidatos à emigração.

Nas lógicas migratórias, diz ele, a questão do trabalho – e dos níveis de renda que ele permite rapidamente obter - é central. A subsistência das famílias (freqüentemente numerosas – é o caso em Kayes) disso depende. Os migrantes dominam perfeitamente as condições de acesso ao emprego na região parisiense, inclusive os indocumentados. Estima-se que o número de malianos clandestinos na França seja da ordem de 90.000. A passagem da fronteira se efetua por via aérea, em respeito a uma interdição coletiva explícita da tentativa de passagem por mar. Mehdi Alioua (2003) e Claire Escoffier (2006) explicam que os migrantes subsaarianos que

eles encontraram no Marrocos e outros países da África referem-se à migração como ato de “buscar a vida” (“chercher sa vie”) e referem-se a si próprios como “aventureiros” e “exploradores, em busca de uma vida melhor” (“chercheurs en vie meilleure”).

2. Atravessar fronteiras

Se os migrantes logram atravessar as fronteiras político-institucionais que se erguem no seu caminho durante o processo migratório, e se os efeitos agregados da migração terminam por ser contabilizados em milhares de indocumentados, isso em parte se explica pelo fato de que essas fronteiras contêm brechas que não são jamais colmatadas : em razão da ambivalência do Estado com relação ao fenômeno migratório ; porque os migrantes contam com a cumplicidade ativa dos militantes associativos, favoráveis a uma livre circulação dos seres humanos ; e porque esses dois fatores terminam por traduzir-se em uma negociação permanente das normas e do direito.

Laurent Faret (2006) refere-se a estimativas efetuadas em 2005 pelo censo americano que indicariam a presença nos USA de 6 milhões de mexicanos clandestinos, correspondendo a um acréscimo médio de 260 mil pessoas por ano entre 2000 e 2005. A eficácia dos “coyotes” que garantem, na base do tráfico de influência, a travessia da fronteira mexicana, e cujos serviços eram estimados em 2002 pelos migrantes bolivianos originários de Arbieta a preços que variavam de 6000 a 10000 dólares (Ávila, 2006) – essa eficácia é inseparável da ambivalência do Estado frente a uma demanda por mão de obra clandestina que emana do mercado de trabalho norte-americano.

Pauline Carnet⁶, em uma pesquisa em curso sobre as condições de passagem de migrantes indocumentados na fronteira sul espanhola, vai ainda mais longe. Ela observa que a Espanha, ao mesmo tempo em que solicita a ajuda da União Européia, insiste na eficácia do controle exercido sobre a fronteira, especialmente com o desenvolvimento do “Sistema Integrado de Vigilância Externa” e a multiplicação dos repatriamentos a partir dos centros de retenção e zonas de espera. Apesar disso, diferentes mecanismos garantem aos migrantes o ingresso na Europa. Os marroquinos, cujo governo assinou com a Espanha um acordo de readmissão, evitam ser presos na passagem da fronteira e são diretamente acolhidos por compatriotas na chegada. No caso dos subsaarianos, ao contrário, ser preso *faz parte da estratégia* de ingresso, porque eles sabem que nem todas as expulsões se tornam efetivas. Depois de passarem algum tempo em um centro de retenção – cuja superpopulação cresce consideravelmente no verão – os migrantes cujo país reconhecidamente não assinou o acordo de readmissão são liberados, com

ordem de abandonar o território. Essa liberação é “acompanhada” : a polícia os conduz até um posto da Cruz Vermelha – organização em parte subvencionada pelo Estado – que se encarrega em seguida de lhes comprar um bilhete de ônibus. Marroquinos e não marroquinos passam às vezes por albergues mantidos por organizações de diversos tipos, principalmente religiosas. Mas só os migrantes com poucos recursos – as mulheres e aqueles que não conhecem muita gente na Espanha, ou em outros lugares da Europa – ficam por muito tempo nesses albergues.

A hipótese formulada por Pauline Carnet é de que existiria uma gestão “oficiosa” dos fluxos migratórios através de mecanismos que nada têm a ver com “máfias”, supostamente responsáveis pelas passagens clandestinas e pela economia subterrânea⁷. Outras bases de apoio garantem aos migrantes um trabalho que lhes permitirá mais tarde serem regularizados. As ONGs e sindicatos são conhecidas por eles como “agências de emprego” ou “agências de trabalho temporário”. Contratos de trabalho são vendidos por empregadores fictícios, contactados através de redes de amigos ou membros da família. O setor agrícola de Almeria, reconhecido como plataforma de regularização, propõe os salários mais baixos do país⁸.

O governo espanhol tem procedido a regularizações sucessivas de um número importante de clandestinos, mas essa política não é necessariamente bem acolhida. Alain Tarrus (2007) refere-se a um incidente ocorrido em janeiro de 2000, quando, na esteira da agressão perpetrada contra uma jovem espanhola por um marroquino, um verdadeiro pogrom foi desencadeado contra os imigrantes pela população de El Ejido. Por vários dias, apartamentos de trabalhadores estrangeiros em situação *regular*, empregados nas fábricas, foram incendiados ; enquanto isso os clandestinos, empregados principalmente na fruticultura, não foram incomodados. A mensagem, diz Tarrus, não deixava margem a dúvidas : os imigrantes regularizados eram indesejáveis, os demais eram invisíveis.

A Espanha não é a única neste caso. A tese recentemente defendida por Marie-Thérèse Tetu-Delage (2006), sobre argelinos clandestinos em Romans, cidade francesa da região Rhône-Alpes, que também oferece muitas oportunidades de emprego irregular aos migrantes na época da colheita, mostra a ambivalência das instituições de Estado no trato dessa população. Ausência de critérios claros de regularização, e uma negociação permanente com as associações de apoio aos migrantes, em bases pouco transparentes ou claramente arbitrárias, das normas e do direito positivo.

Entretanto, as brechas abertas nas fronteiras pela ambivalência do Estado no trato da população migrante, pela opacidade dos critérios relativos às decisões de legalização, e por uma cultura democrática que reconhece a liberdade de circulação como um direito humano fundamental não bastam para explicar a importância das migrações atuais. A outra face dessa moeda é uma competência migratória apoiada em redes de solidariedade coletiva que assumem formas diversificadas. A idéia de “comunidade” é freqüentemente evocada como base dessas redes e esteio da migração. Mas a palavra esconde uma diversidade de tipos, definidos pelo grau maior ou menor de autonomia deixado aos indivíduos que compõem essas “comunidades”, pelo grau maior ou menor de controle coletivo exercido sobre a ação individual.

Esse controle parece ser muito grande, no caso dos migrantes bolivianos da província Esteban Arze, que Leonardo de la Torre Avila (2006) acompanhou em seu périplo até os Estados Unidos. A continuidade espacial que se desenha entre o povoado de Arbieta e o ponto de implantação desses migrantes no território americano (a cidade de Arlington, na Virginia) corresponde, segundo ele, um enquadramento estreito de todo o processo migratório : recrutamento de vocações entre os adolescentes do povoado, graças à emulação produzida por vídeoK7s, onde se vêem migrantes sendo formados para o trabalho por outros migrantes ; a casa coletiva onde são acolhidos na chegada e onde passam a viver algum tempo ; a gestão coletiva do processo migratório e da passagem das fronteiras, da qual ele teve a oportunidade de participar ; o modo de vida nos Estados Unidos, que inclui o pagamento de impostos não obstante a situação de indocumentados, porque isso garante à estadia uma base legal ainda que frágil, e porque tais documentos podem vir a ser utilizados no futuro com vistas a uma eventual regularização ; a gestão coletiva, enfim, do produto do trabalho transformada em investimento no povoado de origem, com finalidades de desenvolvimento da cultura do pêssego.

No caso descrito, observa-se uma correlação estreita entre competências migratórias, que incluem a travessia das fronteiras mas não se limitam a isso, e transmissão intencional e sistemática dessas competências de uma geração de migrantes a outra. Como no caso do Mali, descrito por Christophe Daum, o processo migratório supõe um esforço de organização que se desenvolve em resposta às oportunidades e à demanda. Nos Estados Unidos, dois Estados, a Flórida e a Virginia, constituíram os polos de atração mais importantes para os migrantes bolivianos, que se inseriram em serviços diversos mas terminaram por se distinguir em uma especialidade, a construção

civil. Um deles explica esse fato pela importância dos processos de formação e transmissão internos à rede de solidariedade : “um dos nossos se deu bem nesse ofício e nos ensinou ; se tivesse se dado bem como cozinheiro, talvez hoje fôssemos todos cozinheiros ...” (Ávila, 2006:83)

Um outro modo de agregação corresponde ao que Claire Escoffier (2006) designou como “comunidades de itinerância”. Ela observou entre os migrantes subsaarianos de passagem pelo Marrocos a formação de redes de solidariedade a partir de uma base sócio-cultural heterogênea, tanto nacional quanto lingüística, com indivíduos reunidos exclusivamente em torno da experiência e das dificuldades da migração. Seus laços, no entanto, não se construíam apenas com base na ajuda mútua. A experiência migratória incorpora dimensões proféticas de tipo milenarista, com um suporte religioso estruturado ao longo de todo o percurso, fazendo da travessia do Mediterrâneo uma metáfora da travessia do Mar Vermelho pelo povo de Israel. Essa construção imaginária seria constitutiva de uma verdadeira “comunidade” - mas efêmera, apoiada no tempo da itinerância, comunidade que se desfaz uma vez adentrado o solo europeu. Claire Escoffier, como Mehdi Alioua, referem-se a migrantes que partem sozinhos de seus países de origem e que tecem, ao longo das diferentes etapas da migração, vínculos de solidariedade nos quais se engajam, mas dos quais também se desengajam a partir do momento em que esses vínculos perdem sua funcionalidade própria.

Atravessar fronteiras requer o acesso a um conjunto de informações relativas às condições de passagem. Essas informações podem ser garantidas por empresas privadas, como as agências de viagens que se multiplicaram nos últimos anos no centro de Cochabamba, Bolívia. Não somente elas oferecem passagens, sobretudo para a Espanha, a preços que desafiam qualquer concorrência ; também agregam serviços como a projeção de filmes que mostram ao candidato à viagem como se orientar nos aeroportos pelos quais vai passar. Ávila (2006: 90 e 91) efetua uma transcrição textual de duas publicidades radiofônicas de agências de viagem bolivianas que prometem uma entrada ilegal e bem sucedida em vários países da Europa, com garantia de reembolso da passagem em caso de fracasso. A migração dos descendentes brasileiros de japoneses para o Japão, embora autorizada, é estreitamente enquadrada por estruturas que se situam a meio caminho entre a agência de viagens e a agência de trabalho temporário, que se encarregam das condições de transporte do migrante do Brasil para o Japão, e ao

mesmo tempo lhe garantem emprego e moradia na chegada. Essas agências funcionam no bairro da Liberdade, o bairro “japonês” de São Paulo (Perroud, 2006).

Os migrantes provenientes da África subsaariana, que enfrentam na Europa condições mais difíceis de travessia das fronteiras que os latino-americanos, apóiam-se em redes de informantes interconectados graças aos telefones celulares de última geração e graças a Internet. Exploram-se também todas as vias oficiais de passagem – estudos, casamentos arranjados, migração de menores. Os casamentos arranjados simbolizam, no imaginário ocidental, a dominação exercida sobre as mulheres no quadro de relações tradicionais de gênero. Essas relações, supostamente reproduzidas pelos migrantes em território europeu, são cada vez mais freqüentemente instrumentalizadas por filhas de migrantes, nascidas na Europa e cidadãs européias, para legalizar a entrada em território europeu de conterrâneos de seus pais. Verdadeiras agências matrimoniais se organizam para isso⁹. A particularidade desse processo em relação a outros “casamentos brancos” – mistos, por exemplo - é o fato de que se mobiliza em proveito da migração a imagem de uma suposta submissão imposta à filha de migrantes nascida em território europeu, para tornar aceitável, no plano instucional, essa via de entrada legal no país do cônjuge estrangeiro.

As pesquisas de Carlo Giordano¹⁰ sugerem que as migrações de menores albaneses no norte da Itália operam muitas vezes como via de entrada no país para outros membros da família. Como os menores não podem ser expulsos, e como as políticas pelas quais eles são concernidos favorecem sua integração no seio das famílias, eles são freqüentemente confiados a parentes eventualmente já presentes no território italiano. Uma vez legalizados, caso tenham trabalho – e eles ocupam nichos específicos de trabalho na Itália do norte – passam a poder trazer membros da família que permaneceram na Albânia.

3. Migração e gênero

As migrações atuais indicam mudanças importantes do ponto de vista das relações de gênero. Os fluxos de população feminina tornaram-se nos últimos anos pelo menos equivalentes, senão superiores, aos fluxos masculinos (Zlotnik, 2006)¹¹. Esse fenômeno traduz uma autonomização da migração feminina, que já não se reduz mais às lógicas subjacentes ao reagrupamento familiar, posto que comporta estratégias próprias às mulheres de inserção em uma economia globalizada. A migração é um fator dinâmico de democratização das relações de gênero, é uma saída possível para relações

de dominação vividas como insuportáveis nos países de origem e é, ao mesmo tempo, um dos vetores das múltiplas violências sofridas pelas mulheres na contemporaneidade.

Não há, no entanto, ligação intrínseca entre migração e violência de gênero. Na França, os homicídios contra mulheres representam 1/3 do total de homicídios no país e eles ocorrem em todas as categorias sociais. Uma hipótese explicativa (Giddens, 2003) é de que a própria reconfiguração em curso das relações de gênero, com a decomposição do patriarcado, favoreceria tensões entre homens e mulheres. Na ausência justamente de modelos relacionais claramente estabilizados, como o foi o patriarcado em dado momento, há um caminho aberto a violência.

Luiz Lopez (2007)¹² estudou as relações entre o México e os Estados Unidos a partir da cidade fronteiriça de Tijuana - que, embora situada em território mexicano, se inscreve em um espaço de relações sociais que se estende até a periferia de Los Angeles. Ali, diversas ondas migratórias se sucederam desde os anos 40, mas o crescimento demográfico mudou de patamar nos últimos vinte e cinco anos, quando a cidade passou de 400.000 a 1.500.000 habitantes graças aos novos empregos criados nas “maquiladoras” (montadoras de diversos tipos de aparelhos, que hoje operam com peças fabricadas principalmente na Ásia – no caso de Tijuana, trata-se atualmente da montagem de televisores). A presença das mulheres é importantíssima nesse mercado de trabalho, onde elas foram recrutadas em função de características supostamente mais favoráveis às exigências da produção que aquelas apresentadas pelos homens. Alguns autores referem-se à idéia de uma “feminidade produtiva”, como expressão de um modo de dominação voltado para exploração da identidade feminina tradicional em benefício da produção. Essas mulheres enfrentam condições de vida marcadas pelas dificuldades do emprego precário, pela ausência de estruturas adequadas de cuidado e educação das crianças, por um habitat igualmente precário e um mercado imobiliário no limite entre o legal e o ilegal. Ao mesmo tempo, elas dispõem de um espaço próprio de iniciativa econômica ; desenvolvem estratégias de resistência à dominação sofrida no quadro das relações de trabalho, e dispõem mesmo de um espaço de ação coletiva em um quadro transnacional, na medida em que várias mobilizações ligadas ao meio ambiente, desenvolvidas por elas, encontraram eco nos Estados Unidos. Luiz Lopez explica que esse acesso das mulheres à autonomia, graças ao trabalho nas “maquiladoras”, suscitou em Tijuana um verdadeiro “pânico moral” ligado à subversão das representações tradicionais da identidade feminina. Críticas públicas extremamente virulentas em relação às mulheres trabalhadoras, vistas como “putas” e “mães irresponsáveis”, são

moeda corrente na cidade e nos jornais, abrindo um espaço importante para a violência de gênero.

A experiência migratória coloca frequentemente as mulheres em posição de chefes de família, ou de empresárias e é constitutiva de redes especificamente femininas como sugerem as pesquisas de Fatima Qacha¹³. Ao mesmo tempo, as migrantes são objeto de representações desqualificantes – que, quando não questionam sua idoneidade moral, como no exemplo acima, se interrogam quanto à autonomia das mulheres frente aos migrantes homens, transformando-as em vítimas da suposta brutalidade destes últimos. Um número importante de documentos referem-se ao risco de escravização e prostituição por supostas máfias que seria inerente às migrações femininas¹⁴.

Os estudos qualitativos tendem no entanto a mostrar que a prostituição na migração é um fenômeno, quando menos, complexo e em todo caso mais complexo do que pretendem as freqüentes denúncias formuladas em torno dessa questão. Primeiro, porque a capacidade das “máfias” – o termo em si é problemático, na medida em que se ignora o verdadeiro grau de organização das associações de malfeitores assim designadas - em manter por muito tempo um controle sobre mulheres eventualmente por elas introduzidas em território europeu é limitada (Guillemaut, 2007). Segundo, porque as mulheres cada vez mais dispensam a cobertura masculina para instrumentalizarem, elas próprias, o corpo, no quadro de relações de trabalho ditas “de sexo” (Welzer Lang, 1994). As investigações de Laura Oso sobre a prostituição de mulheres latino-americanas na Espanha mostram como o simples diferencial de rendimento – 600 euros mensais ganhos no serviço doméstico, 600 euros ganhos em dois dias na prostituição – faz com que a questão da “escolha” sequer se coloque. As pesquisas de Fatima Lahbabi (2003) sobre prostitutas marroquinas na Espanha mostram como as mulheres são perfeitamente capazes de combinar investimento produtivo do corpo na migração e o respeito às normas sociais e morais das elites bem sucedidas nos seus povoados de origem. As condições gerais de proteção à pessoa em vigor na Europa – condições sanitárias, materiais e de segurança – tornam a prostituição uma atividade aceitável, quase respeitável, e muitas vezes preferível à opressão vivida em países de origem onde a liberdade sexual é violentamente reprimida, como mostram os depoimentos recolhidos por Françoise Guillemaut junto a prostitutas estrangeiras homossexuais na França.

4. Os territórios da migração transnacional

As redes de relações sociais construídas pelos migrantes com base nas novas tecnologias de comunicação e informação e na redução do custo dos transportes inscrevem-se numa continuidade espacial de tipo transnacional (transversal às nações). Situam-se portanto em ruptura com o antigo binômio emigração-imigração que supunha a transferência de populações de uma coletividade de origem para uma nova coletividade de destino. As migrações, fonte de divisas, eram administradas e controladas pelos Estados envolvidos em uma ponta e na outra do processo, e a fidelidade do migrante à nação de onde provinha era considerada uma contingência natural.¹⁵ As migrações atuais, de caráter transnacional, se efetuam no mais das vezes apesar e contra os Estados e mantêm uma autonomia bem maior em relação às coletividades de destino, na medida em que formas sociais circulatórias, engendradas pelas facilidades de mobilidade, predominam sobre ou se superpõem às antigas formas sedentárias de integração.

Alejandro Portes (1999) define a “comunidade transnacional” como uma forma original e potencialmente poderosa de adaptação por baixo à mundialização do capital. Comunidades de migrantes, a cavalo sobre as fronteiras políticas, desenvolvem suas atividades e estruturam relações sociais, simultaneamente, nos países de origem e nos países de destino – fenômeno que teria desmentido, segundo ele, o aforismo segundo o qual “o capital seria global, e o trabalho local”. O termo “transnacional” teria sido formulado, segundo Portes, por um grupo de antropólogos (Basch, Glick Schiller e Blanc-Szanton, 1994) para descrever um fenômeno estreitamente dependente das lógicas atuais de desenvolvimento do capitalismo : responder, através da mobilização de populações migrantes, às necessidades e aos interesses dos investidores e dos empregadores dos países avançados.

Esse espaço estrutural aberto à transnacionalização das migrações contemporâneas não faz dos migrantes simples categorias dominadas ; como já foi dito, esse novo mercado mundial lhes permite desenvolver iniciativas originais com vistas a melhorar suas condições de vida. Tais iniciativas, baseadas em um movimento cíclico de idas e vindas, permite-lhes tirar partido dos diferenciais econômicos de dois países (ou mesmo de um conjunto mais amplo de países), seja no sentido Norte-Sul, seja no sentido Sul-Norte. Com base em seus estudos sobre os migrantes mexicanos de Mixteca, instalados nos Estados Unidos, Laura Ortiz (2004) sugere que os princípios que definem a geografia de suas redes são a circulação e a multilocalidade. O que

caracteriza os novos territórios que emergem com a experiência migratória atual, portanto, é a originalidade dos circuitos que a mobilidade permite desenhar; mas é também ao mesmo tempo a interligação ativa que é possível manter entre diferentes localidades graças às novas tecnologias de comunicação à distância.

Daí derivam dois processos distintos. O primeiro, ligado à mobilidade, graças à qual se constroem verdadeiros “territórios circulatórios” – o termo é proposto por Alain Tarrus (2000) – através dos quais transitam mercadorias e seres humanos¹⁶. Esses territórios abrigam atores e mesmo instituições engajados na economia subterrânea – “formigas”, que transportam mercadorias em quantidades relativamente pequenas mas em ritmo regular e constante através de estradas secundárias da Europa ; “notários informais” que garantem, sem contratos escritos, a regulação dos conflitos ligados a esse comércio e cuja autoridade basta para afastar os que não respeitam as regras do jogo. Os “territórios circulatórios” comportam também mecanismos informais de educação dos mais jovens e de transmissão de competências, como no caso boliviano já evocado, ou no dos circulantes marroquinos e ciganos estudados por Sonia Missaoui (2005). A mobilidade não constrói apenas continuidades econômicas : ela se apóia em múltiplas continuidades relacionais que ignoram as fronteiras dos Estados. Ela está na origem da formação de rotas de comércio ilícito de produtos lícitos, como as estudadas por Alain Tarrus (2000, 2002) - em torno da Bacia Mediterrânea, entre a Itália, a França, a Espanha e o Marrocos ; e outras, mais recentemente investigadas por ele, que ligam a Ásia e o Oriente Médio aos Balkans e ao leste da Europa (2007). O mesmo princípio rege as rotas de comércio étnico, como no caso estudado por David Kyle (1994) e referido por Portes, de um grupo indígena dos altos planaltos equatorianos que, graças à supressão dos intermediários, logrou implantar um comércio mundial de roupas, confeccionadas a partir de técnicas artesanais ancestrais. Esses empresários, migrantes indígenas, compunham boa parte da alta sociedade local, debilitando a dominação tradicional das elites brancas e mestiças graças à capacidade de se inscrever, de maneira eficaz e autônoma, em um mercado globalizado.

O segundo processo apóia-se em novas formas de territorialização das relações à distância. Saskia Sassen (1996) descreveu perfeitamente esse processo através da figura das “cidades globais”. Ela mostrou que, à imaterialidade dos fluxos comunicacionais e financeiros que caracterizam a mundialização, correspondiam suportes materiais e palpáveis, feitos de relações sociais hierarquizadas, trabalho precário, inserção de populações – um mundo, finalmente, suscetível de ser analisado através de abordagens

banalmente clássicas, formando nexos incontornáveis desse processo global. Luiz Lopez (2007) descreve de maneira análoga a cidade fronteiriça de Tijuana como um território “global”. Esse estatuto depende em parte da situação geográfica da cidade, que faz fronteira com os Estados Unidos. Mas somente em parte, porque ele mostra bem que no processo de implantação das maquiladoras há duas fases distintas. A primeira é simplesmente binacional. Nesse primeiro momento, Tijuana aparece como o ponto de encontro entre os interesses mexicanos e americanos que visam, uns fazer da fronteira um pólo de criação de novos empregos, os outros fazer dela um pólo de desenvolvimento industrial. A fase transnacional é marcada pelo declínio da presença americana e pela implantação das empresas asiáticas, que se instalam ao mesmo tempo em território americano para poder ter acesso aos consumidores americanos. A formação da ALENA consolida essa implantação, ao mesmo tempo em que consolida o estatuto transnacional de Tijuana que se transforma em uma das bases territoriais de uma produção industrial territorialmente dispersa e desenvolvida em escala global.

Isto posto, as relações sócio-econômicas transfronteiriças integram o patrimônio cultural das populações circulantes e os recursos de ação por elas mobilizados – quer seja as de Tijuana, quer seja o de famílias ciganas da Catalunha franco-espanhola estudadas por Sonia Missaoui (2007). Hoje, a importância desses fenômenos deriva também do fato de se vincularem a um espaço de iniciativas de populações pobres e/ou marginais (ou assim consideradas), que interpelam as hierarquias sedentárias quer seja no plano das relações inter-individuais ou das relações coletivas. As novas condições hoje existentes em matéria de mobilidade e de construção de relações à distância se inscrevem em uma dinâmica de democratização, antes jamais vista, das possibilidades de acesso a meios de iniciativa sócio-econômica por populações e estratos sociais até então deles excluídos. Nesse sentido, pensar o mundo implica hoje, necessariamente, pensar os ritmos e as condições da mobilidade ; mas implica simultaneamente pensar as novas articulações complexas entre mobilidade e sedentaridade.

5. Mobilidade e sedentaridade

Num esforço tentativo para tipificar as populações circulantes que estudou, Alain Tarrius distinguiu três grupos principais de migrantes – “diásporas”, “errantes” e “nômades” - considerados a partir das relações que mantinham com seus países de origem, de passagem e de acolhida. “As populações em diáspora se caracterizam por três atributos essenciais : vínculos mantidos com as cidades, regiões e nações

atravessadas por seus membros, complementaridade morfológica, econômica, rápida com as sociedades de acolhida, aparição co-ocorrente nos dispositivos coletivos de ação política, social, cultural e econômica” (2000 : 142). Os “errantes”, ao contrário, definir-se-iam pela perda de vínculos com seus países de origem, pela multiplicação das centralidades ao longo do percurso e pela distância com relação às sociedades que os acolhem. A condição de errante poderia ser vista como uma fase em uma trajetória sócio-profissional : “um tempo de preparação, de passagem por todos os desenraizamentos que implica a aprendizagem do saber-circular.” (2000 : 141-142) No entanto, acrescenta ele, “alguns se perdem nessa situação : indocumentados, exilados sem base de apoio, fugitivos, ou indivíduos infelizmente desprovidos de recursos materiais e simbólicos ; eles constituem os contingentes de explorados das “circulações identificadas” : passagem de produtos ilícitos, situações de semi-escravidão, prostituição de mulheres, etc. As relações sociais no espaço dos territórios circulatórios não são idílicas, e se certas diferenciações, notadamente étnicas, vigentes entre as populações sedentárias, aí não tem curso, observam-se em contrapartida terríveis processos de submissão dos mais dependentes, a partir de escalas de distinção entre diferentes circulantes.”

Os “nômades” (é realmente um termo adequado ? pergunta ele, ao mesmo tempo em que opta por usá-lo na falta de outro melhor) manifestariam, enfim, uma grande fidelidade ao país de origem, que pode-se tornar para eles uma clientela potencial, como no caso do “empório magrebino” de Belsunce, bairro do centro de Marseille, vetor da introdução na África do norte de diferentes produtos consumidos pela economia local. Os nômades afgãos, estudados por Tarrius em suas pesquisas mais recentes, são ao contrário vetores da introdução na Europa, sem controle fiscal, de produtos eletrônicos modernos, provenientes da China via Dubai, transportados por essas “formigas” orientais. Tarrius insiste no caráter evolutivo das formas sociais por ele identificadas, momento na apreensão de uma realidade em movimento, que não constitui necessariamente uma tipificação de relações estabilizadas.

Mehdi Alioua¹⁷ vem estudando há alguns anos as articulações entre mobilidade e sedentariedade tendo como ponto focal a “etapa” marroquina da transmigração dos africanos subsaarianos. A noção de “etapa” é característica de uma configuração territorial parcialmente formatada pelo fato migratório e reveladora de articulações interessantes entre mobilidade e sedentariedade, observáveis a diversos níveis da vida social. A situação do Marrocos é particular : com três milhões de cidadãos vivendo no

exterior, principalmente na Europa (os MRE - marroquinos residentes no exterior, segundo a designação governamental), o país está-se tornando ao mesmo tempo, por força das circunstâncias, uma terra de imigração. Última etapa no percurso dos migrantes subsaarianos antes da entrada na Europa, a estada no Marrocos tende a se prolongar para eles em razão das dificuldades crescentes de ingresso em solo europeu ; isso induz quase que obrigatoriamente uma tendência à inserção desses transmigrantes no tecido social local (Alioua, 2007). O esforço de passagem da fronteira - onde muitos perdem a vida, e outros até a razão - polariza conflitos internos à sociedade marroquina, mas também tensões internacionais e ações coletivas transnacionais.

Entre estrangeiros de passagem e marroquinos pobres, unidos pelo mesmo sonho de uma Europa rica, uma solidariedade instintiva se instaura. Os transmigrantes contam que, nos povoados atravessados ao longo de muitos dias de marcha, os camponeses lhes fornecem água, alimentos e roupas, além de lhes indicarem os caminhos por onde é mais fácil passar sem ser molestado. Nas cidades, outras alianças se tecem. De um lado, os transmigrantes se organizam em coletivos em torno de um líder (o “chairman”) que articula a relação com o mundo exterior – ONGs, informantes e mesmo apoios de base nos bairros populares, onde esses coletivos se alojam. Depois de setembro/outubro de 2005, quando da repressão sangrenta de Ceuta e Melilla, que teve por resultado 14 migrantes africanos mortos e 3000 deportados para campos situados ao longo da fronteira com a Argélia, esses coletivos deixaram de ter uma função exclusivamente instrumental, de facilitadores da passagem da fronteira, adquirindo também a função de espaços de ação política. Reivindicando o direito à livre circulação dos seres humanos, eles colocaram na ordem do dia a questão do respeito às condições de base para a permanência dos estrangeiros no país.

Observa-se assim a passagem de um projeto estritamente individual à formação de instrumentos de ação coletiva e política. Várias associações de transmigrantes formaram-se nos últimos dois anos no Marrocos, mas também em outros países - no Mali, no Senegal, na República dos Camarões - e elas mantêm entre si contactos e relações permanentes. O ponto comum nas suas plataformas de luta é o direito à livre circulação e ao asilo. São ativamente sustentadas, no plano internacional, por militantes europeus de sensibilidade “altermundialista” e, a nível local, por militantes dos Direitos Humanos. Um grande debate público mobiliza hoje a sociedade civil marroquina em torno do problema dos transmigrantes. Manifestações, sit-ins na frente do Parlamento ou da sede do Alto Comissariado para os Refugiados, ocupação de igrejas. Essas

mobilizações não visam apenas as autoridades nacionais em cada país onde se concentram transmigrantes, mas o conjunto de alianças internacionais estabelecidas entre a União Européia e os países africanos para barrar-lhes a passagem (Alioua, 2007).

IV – Conclusão : identidades nacionais, migrações transnacionais, coesão social e direitos em tempos de globalização

Como dissemos na introdução a este texto, a globalização e a mediação tecnológica que a tornou possível foram reapropriadas, na esteira das lógicas próprias da economia de mercado, e da nova importância adquirida pela economia informal e pelo comércio subterrâneo, por populações supostamente excluídas dessa dinâmica, constituindo para elas um capital “espacial” (termo utilizado por Jacques Lévy, 2007) que lhes permite explorar em proveito próprio e com certo grau de autonomia possibilidades de iniciativa que transcendem amplamente as fronteiras nacionais de seus países de origem.

As condições de reconhecimento da alteridade na democracia vem sendo assim objeto de tensões consideráveis, na medida em que a cidadania - em sua configuração estreitamente nacional - se torna cada vez mais uma categoria insuficiente de definição dos direitos democráticos. Isso faz com que hoje, em muitos países, o debate público esteja-se construindo a partir do enfrentamento entre uma tentação nacionalista regressiva e radicalizada e um espaço de direitos redefinidos como “direitos humanos”. Durante muito tempo, cidadania e direitos humanos corresponderam estreitamente um ao outro. Os “direitos humanos” constituíam o conjunto de valores que fundamentavam o exercício da cidadania. Essa correspondência quase perfeita não existe mais. Nesse sentido, a questão da coesão social na democracia, mais além dos problemas clássicos que continua enfrentando, está sendo também reposta em larga escala, em função dos descompassos observáveis entre uma dinâmica social democrática que faz da mobilidade um exercício de liberdade positiva, e uma institucionalidade democrática pensada em bases essencialmente nacionais e sedentárias. Esse problema não afeta somente a América Latina e seus cidadãos ; ele está colocado em escala global.

A amplitude adquirida pelo fenômeno das migrações transnacionais incide assim diretamente sobre as condições de construção da coesão social no âmbito das democracias latino-americanas – do mesmo modo como incide, de resto, sobre o conjunto da experiência democrática contemporânea. A identidade nacional foi, até

aqui, a base histórica sobre a qual se erigiram os Estados-nações democráticos e, num primeiro momento, a dinâmica social democrática se desenvolveu, essencialmente, no âmbito das sociedades nacionais. A nação, aliando memória e projeto, permitiu que a idéia democrática se ampliasse mais além da sua dimensão estritamente civil ou política, incorporando também aspectos sociais e culturais. A globalização, ao imprimir uma grande mobilidade não somente aos capitais, mas também aos seres humanos, interpelou as bases nacionais de construção da “coesão social” na democracia.

A consciência dos limites de um projeto democrático essencialmente nacional e os projetos pós-nacionais - que hoje ainda se delineiam de forma incerta no nosso horizonte político - precedem, no entanto, de muito, a globalização. Os primeiros passos no sentido da criação de um espaço político-econômico europeu datam do começo dos anos cinqüenta. Tratava-se, graças a uma política de colaboração ativa entre Estados, de evitar que a Europa viesse a se engajar novamente em guerras fratricidas como as que marcaram a primeira metade do século vinte. A globalização acelerou esse processo, ao romper a unidade entre identidade nacional, cidadania, direitos e eficiência dos Estados no campo da proteção social.

1. “Coesão social” e Estado-nação

O imaginário político da “coesão social” na democracia, que todos mais ou menos compartilhamos, mantém relações estreitas com uma experiência histórica teorizada na sociologia, primeiro por Durkheim, depois por Parsons, servindo de inspiração em seguida para um grande número de sociólogos. O interesse particular de que se reveste, no entanto, esse aspecto do pensamento de Durkheim, vem da leitura política de que ele pode ser objeto pelo fato de estar associado a um intenso debate político-institucional que marcou a França naquele então. Revisitar esse debate é útil, porque ajuda a lembrar que “o social”, a “coesão social” e mesmo a “sociedade” são categorias que não designam simplesmente qualquer forma de vínculo no seio de uma coletividade humana, mas constituem, ao contrário, representações datadas da vida coletiva. Traduzem concepções do vínculo e das relações sociais ancoradas em realidades históricas : advento de um direito “social” no século 19, que restabelece um vínculo entre o Estado e a economia, ali onde o século anterior os havia separado, por exemplo ; invenção da sociologia, que coincide com a invenção do “social” graças à compreensão que ela veicula do lugar central ocupado pelo trabalho e pelas relações econômicas na estruturação da vida coletiva. Tais questões são o fulcro da tese durkheimiana sobre a divisão do trabalho social, onde ele tenta responder à questão de

como fabricar uma sociedade em um contexto histórico marcado pelas revoltas operárias, pela desordem, pela injustiça e por violências de todo tipo.

A resposta de Durkheim consistiu, naquele momento, em afirmar a complementaridade “objetiva”, e portanto “inelutável”, das funções sociais (leia-se sócio-econômicas) nas sociedades modernas e complexas. Essa complementaridade se baseava na divisão do trabalho da qual deveria decorrer uma “solidariedade orgânica”. Os indivíduos não necessariamente tinham consciência disso, daí a função eminentemente “socializadora” atribuída à educação à qual competia dar vida à idéia nacional. Sociedade e nação são portanto complementares, constituem o quadro no interior do qual a ação individual se desenvolve, e delimitam o campo de escolhas de vida abertas aos indivíduos¹⁸.

Daí deriva um tipo-ideal, teórico e em parte histórico, do vínculo social, com três características principais : 1/ ele se constrói a partir de realidades sócio-econômicas relacionadas com o mundo do trabalho (divisão do trabalho, “questão social”) ; 2/ ele projeta uma imagem sacralizada da vida coletiva, por um lado baseada na idéia de “solidariedade”, por outro na idéia de “nação” ; 3/ ele subordina o indivíduo à sociedade nacional (representada pelo Estado) a que pertence, e à qual adere graças a um ideal interiorizado através da socialização ; o mesmo vínculo hierárquico subordina os administrados à administração de Estado, e impõe aos mais novos obediência aos mais velhos. Esse ideal-tipo constituiu uma base viável de coesão social numa sociedade altamente hierarquizada e marcada por grandes distâncias sociais, que necessitava combinar uma forma limitada de igualdade (o direito de voto a todos os cidadãos, inclusive os operários) e níveis de desigualdade extremamente importantes, como as desigualdades educacionais por exemplo e as desigualdades de renda em geral.

2. O esgotamento do modelo

Na medida em que a dinâmica democrática reduziu essas desigualdades – legitimando os conflitos sociais, primeiro, e depois generalizando o acesso à educação, ao consumo e a diversos direitos novos – ela fez progressivamente evoluir esse modelo de coesão social. Paradoxalmente, a institucionalização das lutas operárias, elemento importante da dinâmica democrática europeia no século 20, reforçou por um momento a importância do modelo, fazendo da nação o horizonte da negociação dos conflitos sociais e da ampliação das conquistas democráticas.

Nos Estados Unidos, onde os conflitos classistas tiveram uma importância mais limitada, a consistência do imaginário nacional começa a ser objeto de contestação nos

anos cinquenta, com a contra-cultura, e sobretudo nos anos sessenta com a luta dos negros pelos direitos civis e o movimento de oposição à guerra do Vietnam. A imagem, veiculada em 1948 por David Riesman, de uma sociedade americana dominada pelo conformismo de massa, Daniel Bell opõe, dez a vinte anos mais tarde, e em todo caso bem antes das grandes transformações técnicas que deram suporte à globalização, a imagem de uma sociedade fragmentada.

No caso da França, Michel Wieviorka (1996) remete também aos anos sessenta a emergência de uma primeira onda identitária infra-nacional – com a formação de movimentos regionalistas, mas também com a emergência no espaço público de grupos definidos por identidades culturais de base religiosa, como os judeus, que até ali se haviam mantido relativamente invisíveis, como grupo particular, no espaço nacional. Esse fenômeno traduz a incapacidade do movimento operário em continuar englobando diferentes formas de contestação ; ao mesmo tempo em que traduz o debilitamento da dimensão universal da nação que, na sua forma republicana, considerava cada indivíduo que a integrava na perspectiva de uma cidadania abstrata. A segunda onda de reivindicações identitárias dataria dos anos oitenta. Ela traz à cena grupos de imigrantes afetados pelo desemprego. Até ali invisíveis no espaço público, eles também se tornam subitamente visíveis a partir de uma base religiosa, fornecida pelo islam, e mais recentemente a partir de uma base histórica, através do tema das formas de dominação pós-coloniais.

No Brasil, os novos atores culturais que emergem no debate público tornam-se visível desde os anos setenta, na esteira dos diferentes movimentos formados na luta contra a ditadura. Minorias indígenas, movimentos negros de sensibilidade culturalista ou igualitária se organizam, reivindicam reconhecimento e melhores condições de vida, num processo que ganha uma primeira expressão institucional importante através da Constituição de 1988. O debate sobre o “multiculturalismo” se inscreve nesse processo de aggiornamento de uma identidade nacional que já não pode ser mais pensada como englobante e homogênea ; que necessita uma identificação dos principais grupos humanos que contribuíram para formá-la, e que necessita sobretudo um reconhecimento das relações de força que entre eles se teceram ao longo do tempo. A percepção da nação como espaço atravessado por conflitos culturais e históricos foi provavelmente o principal legado do multiculturalismo do fim do século 20.

3. Globalização e identidades

A fragmentação das identidades característica da nova configuração “multiculturalista” da nação parecia ter tornado inviável uma coesão construída sobre bases puramente sócio-econômicas (“sociais”, no sentido durkheimiano). A globalização levou ainda mais longe esse processo, produzindo um importante desencastamento entre a esfera cultural e a esfera econômica. Castells (1999) descreveu esse processo como efeito das novas tecnologias de informação que, conforme seus termos, integraram o mundo em “redes globais de instrumentalidade”. Ao mesmo tempo, a tendência característica do fim do século vinte lhe parecia ser, paradoxalmente, a construção da ação social e política em torno de identidades primárias – ou “atribuídas” (*ascribed*), enraizadas na história ou na geografia, ou recentemente construídas – identidades de resistência, em todo caso, pautadas por uma busca ansiosa de sentido e espiritualidade. O traço característico da vida social contemporânea seria, segundo ele, a oposição entre “a rede” e “o ser”.

Não obstante a força empírica desse argumento, que o próprio Castells ilustra abundantemente, a experiência das migrações transnacionais, das quais este texto buscou propor uma imagem, incita a relativizar o debate sobre as identidades (e a dimensão integrista que elas freqüentemente adquirem) e a insistir na capacidade de iniciativa dos indivíduos e dos grupos que eles constituem e aos quais se referem para agir. Considerada desse ângulo, a geometria das identidades aparece como extremamente variável, sendo em boa medida, instrumentalizada para fornecer aos indivíduos bases eficientes de ação. Os estudos de Alain Tarrius, por exemplo, insistem na importância do cosmopolitismo que rege as relações entre transmigrantes, capazes de tecer relações econômicas e de se comunicar mais além das fronteiras de suas identidades primárias nacionais ou infra-nacionais. Claire Escoffier refere-se às “comunidades de itinerância”, formadas pelos transmigrantes subsaarianos em marcha para a Europa, que se constituem no tempo próprio da migração como um espaço de solidariedade, de esperança, e de atribuição de sentido a uma experiência compartilhada. Mélanie Perroud é sensível à contradição entre intelectuais japoneses, que pensam a presença no Japão dos brasileiros descendentes de japoneses em termos de “retorno”, ao passo que a experiência de circulação permanente desses migrantes no espaço mundo implica uma referência relativamente distante à identidade japonesa, que se combina mais do que se substitui à identidade brasileira, e que é objeto de um grau importante de instrumentalização.

Seria inútil multiplicar os exemplos. Eles nos sugerem, por um lado, que já vai longe o tempo em que a identidade nacional, como propôs Durkheim, podia constituir a base fundamental e exclusiva da coesão social. A nação continua sendo, em sua versão multicultural revisitada, uma referência básica de construção do sentido da vida de cada um de nós. Mas, do ponto de vista da “coesão”, o modelo de referência não pode mais ser o da “integração social” ; ele tem de ser o da cooperação horizontal e, idealmente, o do contrato. As tentativas de fazer coincidir coesão social e identidade nacional, em tempos de globalização, têm sido o apanágio da direita extrema e implicam a rejeição ativa dos estrangeiros. Em contrapartida, se aceitarmos a globalização como um dado da realidade contemporânea, e a mobilidade transnacional dos migrantes como um dado da experiência coletiva atual, é na esfera dos direitos individuais, inclusive do direito à mobilidade, que a relação Estado - nacionalidade – cidadania precisa ser reinterrogada.

4. Migrações transnacionais e direitos

Segundo a CEPAL (2006), entre 1990 e 2002, mais de três mil pessoas morreram na passagem da fronteira entre o México e os Estados Unidos. Outras fontes indicam que sete mil cento e oitenta migrantes morreram às portas da Europa desde 1988, durante as marchas através do deserto ou no mar – um número supostamente em crescimento com a multiplicação das tentativas de travessia em embarcações precárias, a partir da costa da África, em direção às Canárias¹⁹. O custo humano das migrações atuais é tanto mais chocante na medida em que os obstáculos impostos à passagem dos migrantes se revelam inúteis para estancar um processo alimentado por oportunidades efetivamente abertas a eles, de inscrição em uma economia globalizada. Porosidade das fronteiras e volatilidade dos capitais não podem ser tratados separadamente, posto que constituem as duas faces de um processo de decomposição de modelos sociais democráticos que alcançaram um alto grau de legitimidade em um passado recente, mas que se apoiavam, na formulação de Seyla Benhabib (2007), em situações de forte correspondência entre soberania popular e soberania (territorial) dos Estados.

De fato, a globalização econômica teve implicações importantes do ponto de vista de uma dinâmica democrática que, paradoxalmente, contribui à sua maneira para o processo de erosão da soberania territorial dos Estados. Novas formas de individualização em escala global, novas possibilidades de ação ao alcance dos indivíduos, independentes das políticas de gestão de população implementadas pelos Estados - as transmigrações contemporâneas são apenas *um* dos indicadores da

defasagem que separa as formas clássicas de institucionalidade democrática de uma dinâmica democrática que já não pode mais ser pensada no âmbito estrito e exclusivo das sociedades nacionais. A arquitetura institucional necessita respostas fundamentalmente novas, para que novos modelos sociais democráticos dotados de eficiência e legitimidade emergam e se tornem viáveis.

No que se refere às migrações, três pontos de vista distintos podem ser identificados, conforme tratamos de indicar. O primeiro é o dos países “do Norte”, pólos da globalização e ao mesmo tempo vítimas, hoje, dos efeitos negativos que a globalização produziu sobre seus próprios modelos de coesão social. O segundo é o dos países “do Sul”, exportadores de migrantes e beneficiários diretos das remessas de divisas efetuadas por seus cidadãos expatriados, cujo valor agregado constitui para eles um importante recurso de desenvolvimento. O terceiro é o dos próprios migrantes que se apropriam à sua maneira dos novos espaços abertos pela globalização, a partir de lógicas em parte individuais, em parte coletivas - mas com bases de agregação fundamentalmente infra-nacionais, em torno de comunidades de interesses, que traduzem uma certa distância com relação aos eventuais benefícios que poderiam extrair de uma articulação com seus Estados de origem.

Essas diferenças de ponto de vista se traduzem em diferenças de estratégia no trato do fenômeno migratório. Na Europa, hoje, pretende-se freqüentemente que uma dinâmica de desenvolvimento na África favoreceria a sedentarização de populações africanas candidatas à emigração. Mas isso só em parte é verdade. A África já é hoje um imenso espaço de investimento econômico para os chineses, o que faz dela não somente uma região exportadora de migrantes mas também um pólo de atração de novos fluxos migratórios. A disjunção entre recursos de mobilidade individual e soberania territorial dos Estados parece colocar-se como uma ordem de problemas muito mais geral, que não poderá ser resolvida simplesmente através de um esforço de ressedentarização de populações.

As seis conferências sul-americanas sobre migrações internacionais, realizadas entre 2001 e 2006, ou os acordos bilaterais recentemente firmados entre o Equador e a Espanha traduzem um esforço de reflexão sobre os direitos das populações estrangeiras e tentativas de regulação dos fluxos populacionais, que levam melhor em conta o caráter inelutável da mobilidade contemporânea. Levam em conta o fato de que as possibilidades de deslocamento espacial atualmente disponíveis abrem um leque de possibilidades concorrentes de resposta aos problemas sociais (em sentido amplo :

sócio-econômicos, sócio-culturais ou sócio-políticos), induzindo frequentemente um recurso preferencial às soluções de fuga (“exit”), em lugar do recurso às soluções conflitivas ou de protesto (“voice”), conforme os termos de Albert Hirschman, que requerem por seu lado a estabilidade e a sedentariedade das relações sociais. Apesar disso, os conflitos não desapareceram da cena mundial, como indicam as grandes mobilizações de migrantes latino-americanos nos Estados Unidos em 2006, ou as ações coletivas de africanos subsaarianos estudadas por Mehdi Alioua (2007) no Marrocos.

As migrações contemporâneas tendem a sugerir, conforme Seyla Benhabib, que estaria em curso um processo de emergência novas formas de cidadania, apoiadas desta vez em uma base territorial local, que tendem a ampliar o espectro dos direitos sociais e políticos atualmente em vigor, através da disjunção parcial das relações entre cidadania e identidade nacional. A globalização não debilitou as identidades nacionais, fundadas num legado histórico-cultural que continua sendo ativamente reivindicado pelos indivíduos para agirem no mundo, e um elemento por eles mobilizado no processo de construção do sentido de suas próprias vidas. Mas esse legado, hoje, como no caso dos povos sem pátria, adquiriu um grau maior de autonomia em relação aos problemas ligados à gestão de um território, e também já não constitui mais uma referência cultural exclusiva, posto que se combina com outras referências culturais incorporadas no quadro de experiências espaciais diversas.

* Angelina Peralva é professora titular de sociologia na Universidade de Toulouse II, pesquisadora do CERS/LISST (Universidade de Toulouse II) e associada ao CADIS-EHESS, Paris. Até 1997, e durante 14 anos, ela exerceu atividades de ensino e pesquisa na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

¹ Conforme indicam os trabalhos de Marie Ladier-Fouladi. Ela mostra, por exemplo, como o índice sintético de fecundidade, que era de 7.9 em média para cada mulher no Irã, declinou lentamente até a Revolução de 1979 (6.8), sofrendo em seguida uma rápida aceleração. Entre 1985 e 1996, diz ela, as mulheres iranianas passaram de 6.4 filhos em média a 2.8, e a 2 no ano 2000. Cf. Azadeh Kian-Thiébaud et Marie Ladier-Fouladi (dir.), *Famille et mutations sociopolitiques : l'approche culturaliste à l'épreuve*. Paris : Maison des Sciences de L'homme, 2005, 144 p.

² A alusão à distinção efetuada por Isaiah Berlin entre liberdade “negativa” (o espaço no interior do qual me é dado agir) e “positiva” (minha capacidade efetiva de agir), em um texto de 1958 (“Duas concepções da liberdade”) parece-me particularmente útil hoje, do ponto de vista de uma análise da dinâmica democrática contemporânea, na medida em que a observação mais superficial aponta no sentido de um crescimento significativo de uma como de outra.

³ Nesse sentido, é surpreendente constatar a diferença de efeitos produzida por essa integração imaginária do mundo : figura da dominação nos países ricos onde se acentua a tensão entre a “verdadeira vida” (aquela projetada pela televisão) e a experiência da pobreza/imobilidade (Martuccelli, 2001), ela aparece, no caso dos migrantes, como recurso cultural que os ajuda a se projetarem numa *outra* vida possível.

⁴ A análise dessas formas sociais originais constitui uma temática emergente no campo da pesquisa em ciências sociais, onde as publicações mais freqüentes e prolíficas repousam sobre estudos quantitativos e identificação de fluxos. As indicações sugeridas aqui se apóiam não apenas em autores consagrados no estudo dessas formas, mas também em pesquisas em curso, no âmbito da Universidade de Toulouse II e também do CADIS-EHESS Paris.

⁵ Christophe Daum evocou suas pesquisas atuais no quadro de um seminário intitulado : “L’émigration de la région de Kayes au Mali : 1994-2005, retour sur le terrain”. Séminaire Migrinter : *Les mondes de la mobilité : exploration d’un paradigme*. Poitiers, 22 mars 2007.

⁶ Doutoranda em sociologia do CERS-LISST, Universidade de Toulouse II e pesquisadora da Casa de Velasquez, Madrid.

⁷ Curiosamente, a referência a estratégias de corrupção da polícia e dos agentes de fronteira é muito menos freqüente do que se poderia supor. Em contrapartida, o fantasma das “máfias” é extremamente presente. De fato, muitos migrantes relatam ter perdido o dinheiro que haviam confiado a guias supostamente habilitados a lhes garantir uma passagem eficiente. Mas a eficiência relativa dos mecanismos de passagem repousa sobretudo sobre as redes sociais constituídas ao longo dos anos pelos migrantes, criando continuidades espaciais multiformes entre os lugares de destino e os de origem.

⁸ « Economies souterraines et migrations internationales à la frontière sud espagnole : conditions de passage, d’installation et de transit des migrants africains ». Tese em preparação.

⁹ Como sugerem os trabalhos em curso de Fathia Madjoubi, doutoranda na Universidade de Toulouse II.

¹⁰ Doutorando em fim de tese na Universidade de Toulouse II.

¹¹ A repartição dos peruanos no exterior em 2005, por exemplo, era estimada em 57.11% de mulheres e 42.89% de homens. (OIM, 2005 : 5)

¹² Doutor em sociologia pelo CADIS-EHESS, Paris.

¹³ Doutoranda em fim de tese no CERS-LISST, Universidade de Toulouse II.

¹⁴ Ver bibliografia.

¹⁵ Na França do pós-guerra essa posição, defendida pelo partido comunista e pelos sindicatos de orientação comunista, retardou consideravelmente o processo de organização dos trabalhadores migrantes instalados no território francês. Só a partir de 1968, as condições de vida e moradia dos trabalhadores migrantes passaram a ser objeto de mobilizações coletivas apoiadas pelas organizações de esquerda. (Weil, 1991)

¹⁶ “A noção de território circulatório, explica ele, implica uma abordagem antropológica capaz de identificar espaços relativamente autônomos que são objeto de segmentações sociais e econômicas originais.” (2000 : 126)

¹⁷ Doutorando em fim de tese na universidade de Toulouse II.

¹⁸ A concepção durkheimiana do vínculo social se associa, na França, ao advento da 3ª República, que continua a marcar profundamente o imaginário político e institucional francês. Essa questão foi discutida em um livro importante de Jacques Donzelot (1984). Ele mostra o quanto a formação da 3ª República é inseparável de um debate público sobre a “solidariedade”, tema central para Durkheim. A forma republicana que adquire a democracia francesa nesse período visa a garantir as condições políticas do voto operário - as mulheres esperariam ainda vários anos - que a revolução de 1848 não tinha sido capaz de preservar. Três idéias principais marcam os debates políticos da época. Durkheim teoriza a solidariedade e faz do *Estado* republicano o operador prático do vínculo social, enquanto representante de uma *nação* sacralizada. Na continuidade do pensamento durkheimiano, Léon Duguit e Maurice Hauriou forjam a idéia, nova e interessante, de *serviço público e instituição*. A autoridade e a legitimidade da administração pública são repensadas enquanto resposta ao interesse coletivo. Léon Bourgeois introduz nesse debate uma dimensão temporal, ao abordar a questão dos direitos e deveres de cada geração, colocando os mais jovens sob a tutela dos mais velhos, responsáveis pela preservação de um mundo que eles transmitem em herança aos mais novos.

¹⁹ MIGREOP, *Guerre aux migrants. Le livre noir de Ceuta et Melilla*, 2006. <http://www.migreurop.org/IMG/pdf/livre-noir-ceuta.pdf> (apud Alioua, 2007)

V – Bibliografia

- ADAMS Richard H. Jr. and PAGE John. “International Migration, Remittances and Poverty in Developing Countries”. *World Bank Research Working Paper n° 3179*, Washington D.C., World Bank.
- ALIOUA Mehdi. *Réseaux, étapes, passages. Les négociations des Subsahariens en situation de migration transnationale. L'exemple de leur étape marocaine à Rabat*. Mémoire de maîtrise de Sociologie, Tarrus A. (dir.), Université de Toulouse II – Le Mirail, 2003. En ligne, TERRA Collection "Masters", <http://terra.rezo.net/article275.html>.

- ALIOUA Mehdi. "Le déplacement de la frontière européenne vers le Sud". In FERREOL Gilles et PERALVA Angelina (dir.). *Altérité et dynamiques sociales*. Paris, LGDJ, coll. Droit et Société, 256 pages, à paraître.
- ALONSO Guillermo. "Human Rights and Undocumented Migration along the Mexican-US Border". *UCLA Law Review* n° 51, October 2003
- APPADURAI Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris, Payot, 2001 [1996]
- AVILA Leonardo de la Torre. *No llores, prenda, pronto volveré. Migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo*. La Paz, PIEB/IFEA, 2006
- KIAN-THIEBAUT Azadeh et LADIER-FOULADI Marie (dir.). *Famille et mutations sociopolitiques : l'approche culturaliste à l'épreuve*. Paris : Maison des Sciences de L'homme, 2005, 144 p.
- BASCH L., GLICK SCHILLER N. e BLANC-SZANTON C. "Towards a transnationalization of migration : race, class, ethnicity and nationalism reconsidered". *The Annals of the New York Academy of Sciences*, 645, 1992
- BECK Ulrich. *Qu'est-ce que le cosmopolitisme ?* Paris, Alto/Aubier, 2006 [2004]
- BELL Daniel. *Les contradictions culturelles du capitalisme*. Paris, PUF, 1979 [1976]
- BENHABIB Seyla. « Crépuscule de la souveraineté ou émergence de normes cosmopolites ? Repenser la citoyenneté en des temps volatiles ». in WIEVIORKA Michel (dir.). *Les sciences sociales en mutation*. Paris, Sciences Humaines, 2007
- BERLIN Isaiah. « Deux conceptions de la liberté » (1958) in *Eloge de la liberté*, Paris, Calmann-Levy, 1988.
- CALDERON Fernando G. & SZMUKLER Alicia B. "Aspectos culturales de las migraciones en el Mercosur". *Documentos de Debate* n° 31, MOST/UNESCO, 1999
- CASTELLS Manuel. *La société en réseaux*. Paris, Fayard, 1998
- CASTELLS Manuel. *Le pouvoir de l'identité*. Paris, Fayard, 1999
- CEPAL. *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo en América Latina y el Caribe. Síntesis y conclusiones*. Montevideo, marzo 2006
- CHIAROTTI Susana. *La trata de mujeres : sus conexiones y desconexiones con la migración y los derechos humanos*. CEPAL , Serie Población y Desarrollo n° 39, 2003
- DAUM Christophe (dir.). *Quand les immigrants construisent leur pays*. Paris, L'Harmattan, 1993
- ----- . *Les migrants, partenaires de la coopération internationale : le cas des Maliens de France*. Centre de Développement de l'OCDE, Documents techniques n° 107, juillet 1995
- ----- . *Les associations de Maliens en France (migrations, développement et citoyenneté)*. Paris, Karthala, 1998
- DIMINESCU Dana. "Les migrations à l'âge des nouvelles technologies ? ». *Hommes et migrations* n° 1240, novembre/décembre 2002, p. 66-79
- DONZELOT Jacques. *L'invention du social*. Paris, Fayard, 1984
- ESCOFFIER Claire. *Communautés d'itinérance et savoir circuler des transmigrant-e-s au Maghreb*. Thèse de sociologie et sciences sociales. Université de Toulouse II, juin 2006
- FARET Laurent. « Migración internacional y transformaciones socioculturales in Mexico ». In HINOJOSA Alfonso G. (org). *Migraciones transnacionales. Visiones de Norte y Sudamérica*. La Paz, CEF/Plural Editores, 2004
- FARET Laurent. « Dynamiques transnationales et développement au Mexique ». *Hérodote* n° 123, 4^{ème} trimestre 2006, p. 182-198
- GALLEGOS Franklin Ramirez y RAMIREZ Jacques Paul. *La estampida migratoria ecuatoriana. Crisis, redes transnacionales y repertorios de acción migratoria*. Quito, Centro de investigaciones CIUDAD, julio 2005.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecuador/ciudad/ramirez.pdf>
- GIDDENS Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo, Editora da UNESP, 2003
- GIL Sandra Araujo. "Inmigración latinoamericana a España. Estado de la cuestión". *Revista Global* n° 5, 2004
- GONZALEZ Olga. « Les droits sociaux à l'ère des migrants et la 'débrouille' des Latinoaméricains en France ». *Migrations société* vol. 17 n° 102, novembre-décembre 2005

-
- GUILLEMAUT Françoise. *Stratégies des femmes en migration. Pratiques et pensées minoritaires : repenser les marges au centre*. Thèse pour le doctorat de sociologie. Université de Toulouse II, janvier 2007
 - HERAN François. "Cinq idées reçues sur l'immigration". *Population et sociétés* n° 397, INED, janvier 2004
 - HINOJOSA Alfonso, PEREZ Liz y CORTEZ Guido. *Idas y venidas. Campesinos tarijeños en el norte argentino*. La Paz, PIEB, 2000
 - HINOJOSA GORDONAVA Alfonso (org). *Migraciones transnacionales. Visiones de Norte y Sudamérica*. CEF/Plural Editores, 2004
 - HIIRSCHMAN Albert. *Défection et prise de parole*. Paris, Fayard, 1995
 - INGLEHART Ronald and WELZEL Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*. New York and Cambridge, Cambridge University Press, 2005
 - INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. *Remittances 2005. Promoting Financial Democracy*. Washington D.C., March 2006
 - KIAN-THIEBAUD Azadeh et LADIER-FOULADI Marie (dir.). *Famille et mutations sociopolitiques : l'approche culturaliste à l'épreuve*. Paris : Maison des sciences de l'homme, 2005, 144 p.
 - KYLE David. *The Transnational Peasant. The Social Structures of Economic Migration from the Ecuatorian Andes*. PhD. Dissertation. Departement of Sociology, The John Hopkins University, 1994
 - LAHBABI Fatima. *L'immigration marocaine en Andalousie. Vie sociale et mobilités économiques des sans papiers dans la province d'Almeria*. Thèse de sociologie, Université de Toulouse II, 2003
 - LOPEZ Luiz. *En quête d'identité. Mondialisation, figures de la féminité et conflits sociaux à la frontière Mexique Etats-Unis*. Thèse pour le doctorat de sociologie. Paris, CADIS/EHESS, 2007
 - LEVY Jacques. « Mondialisation et sciences sociales, un enjeu épistémologique ». In Michel Wieviorka (dir.). *Les sciences sociales en mutation*. Paris, Sciences Humaines, 2007
 - MARTUCCELLI Danilo. *Décalages*. Paris, PUF, 1995
 - MAURAS Marta. "Tendencias actuales en el desarrollo económico en América latina y el Caribe". Seminario Internacional *El desarrollo en América latina. Distintas miradas, distintas perspectivas*. FLACSO, 12 de diciembre 2006
 - MISSAOUI Hasnia-Sonia. *De l'étranger au citoyen : l'école déstabilisée. Mixité scolaire, mixité familiale et attitude face à la déscolarisation d'enfants gitans et maghrébins*. Thèse pour le doctorat de sociologie, Université de Toulouse II, novembre 2005
 - ----- "Mémoire collective, alliances inter générationnelles et transmission des savoir-faire chez les Gitans catalans de part et d'autre de la frontière franco-espagnole." *Ethnologie française*, outono de 2007, no prelo.
 - OIM. *Informe final del proyecto : Revinculación de Peruanos en el exterior*. Lima, 2005
 - OIM, INEI, DIGEMIN. *Peru : Estadísticas de la Migración Internacional de los Peruanos. 1990-2005*. Lima, 2006
 - ORTIZ Laura. "Espacio y tiempo en las redes de migrantes". In HINOJOSA Alfonso Gordonava (compilador). *Migraciones transnacionales. Visiones de Norte y Sudamérica*. La Paz, Plural Editores, 2004
 - OSO CASAS Laura. "L'immigration en Espagne des femmes chefs de famille", in *Les cahiers du CEDREF, Femmes en migrations*, n° 8/9 pp 89-140, 2000
 - ----- « Migration et trafic des femmes latino-américaines en Espagne : service domestique et prostitution », in *Les Cahiers du CEDREF, Genre, travail et migrations en Europe*, décembre 2003, pp. 163-187
 - ----- « Prostitution et immigration des femmes latino-américaines en Espagne », in *Cahiers genre et développement*, n° 40/2006, pp. 91-113, 2005
 - ----- « Femmes, actrices des mouvements migratoires » in VERSCHUUR Christine, FENNEKE Reysoo, *Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations, Cahiers genre et développement*, n° 5, pp. 35-54, 2005
 - ----- « Prostitution et immigration des femmes latino-américaines en Espagne », in *Les Cahiers du genre, travail et mondialisation, confrontation Nord/Sud*, 40/2006, Paris, L'Harmattan

- PELLEGRINO Adela. *La migración internacional en América latina y el Caribe*. Serie Población y Desarrollo n° 35, Santiago do Chile, CEPAL/BID, 2003
- PERROUD Mélanie. « Dekasegi/Dekasseguis : Des travailleurs brésiliens au Japon ». *Diasporas, histoire et sociétés*, n° 9/2006, pp 138-150.
- _____ . « Emergence d'une minorité brésilienne au Japon : déterritorialisation, politisation et universalisation des discours et des représentations communautaires ». *Migrations société*. (à paraître)
- _____ . « Migration retour ou migration détour. Diversité des parcours migratoires des Brésiliens d'origine japonaise ». REMI, vol. 23, n° 1, 2007
- PORTES Alejandro. "La mondialisation par le bas. L'émergence des communautés transnationales". *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 129, pp 15-25, 1999
- PORTES Alejandro, CASTELLS Manuel et BENTON Lauren (dir.). *The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore and London. The John Hopkins Press Ltd., 1989
- PORTES Alejandro and RUMBAUT Rubén G. *Immigrant America. A Portrait*. Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press, 1990
- RIESMAN David et ali. *La foule solitaire*. Paris, Arthaud, 1964 [1948]
- SALES Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo, Cortez, 1999
- SALES Teresa e SALLES Maria do Rosário. *Políticas migratórias. Brasil e América Latina*. São Carlos, EDUFSCAR, 2002
- SASSEN Saskia. *La ville globale. New York, Londres, Tokyo*. Paris, Descartes, 1996
- SCHNAPPER Dominique (2001). "De l'État-nation au monde transnational". *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Volume 17, Numéro 2, p. 9-36
- SENNETT Richard. *Le travail sans qualités. Les conséquences humaines de la flexibilité*. Paris, Albin Michel, 2000 [1998]
- SIMON Gildas. "Les migrations internationales". *Population et sociétés* n° 382, INED, septembre 2002
- SIMON Patrick & CLEMENT Martin. « Comment décrire la diversité des origines en France. Une enquête exploratoire sur les perceptions des salariés et des étudiants ». *Population et sociétés* n° 425, INED, juillet-août 2006
- SOLIMANO Andres & TOKMAN Victor. "Migraciones internacionales en un contexto de crecimiento economico. El caso de Chile". Santiago de Chile, CEPAL, septembre 2006
- TANDIAN Aly. *Des migrations internationales à la question identitaire. Redéfinition de statuts des migrants Haalpulaar et évolution des rôles féminins dans la vallée du fleuve Sénégal*. Tese de doutorado em sociologia, Universidade de Toulouse II, 2003
- TARRIUS Alain. *Les nouveaux cosmopolitismes. Mobilités, identités, territoires*. La Tour d'Aigues, Ed. de l'Aube, 2000
- TARRIUS Alain. *La mondialisation par le bas*. Paris, Balland, 2002
- TARRIUS Alain. *Une Europe sans frontières. La remontée des Sud. (Marocains et afghans en Europe méridionale)*. La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2007 (no prelo).
- TELLES Vera e CABANES Robert. *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas, 2006
- TETU-DELAGE Marie-Thérèse. "Clandestins". *Au pays des papiers. Une anthropologie des mondes et des circulations entre legal et illegal des migrations algériennes (1998-2004)*. Thèse pour le doctorat de sociologie. Toulouse, Université de Toulouse le Mirail, novembre 2006
- THEUERMANN Gerda. "Trafficking in Human Beings and the Millennium Development Goal n° 3, Promoting Gender Equality and the Empowerment of Women. *International Migration and the Millennium Development Goals*. Selected Papers of the UNFPA Expert Group Meeting, 2006
- UNDP. *Ideas and Contributions. Democracy in Latin America. Towards a Citizens' Democracy*. 2004
- UNFPA. *International Migration and the Millennium Development Goals*. Selected Papers of the UNFPA Expert Group Meeting, 2006
- VALLUY Jérôme. *L'Europe des camps. La mise à l'écart des étrangers*. *Cultures et Conflits* n° 57, 1/2005
- WEIL Patrick. *La France et ses étrangers*. Paris, Gallimard, 1991

-
- WELZER LANG Daniel (avec Lilian Mathieu et Odette Barbosa). *Prostitution, les uns, les unes et les autres*, Paris, Anne-Marie Métailié, 1994
 - WIEVIORKA Michel (dir). *Une société fragmentée*. Paris, La Découverte, 1996
 - ZLOTNIK Hania. "International Migration Trends since 1980". In *International Migration and the Millennium Development Goals*. Selected Papers of the UNFPA Expert Group Meeting, 2006